



Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Rui Miguel da Costa Lamim Vieira esteve presente em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

### **Índice**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 31 de maio de 2021.**
  - 2. Deliberação n.º 171/2021 – Proposta n.º 30/2021 – DAF/DICONT/DICOR – Prestação de Contas e Relatório de Gestão Relativos ao Exercício de 2020 – Errata.**
  - 3. Deliberação n.º 172/2021 – Proposta n.º 31/2021 – DAF/DICONT/SERGEF – Hasta Pública para ocupação de bancas, lojas e mesas do Mercado Municipal do Livramento, Mercado Municipal 2 de Abril e Mercado Municipal de Nossa Senhora da Concelção.**
  - 4. Deliberação n.º 173/2021 – Proposta n.º 22/2021 – DURB/GAGEF – Resolução de expropriação – Aquisição por via de direito privado de parcela de terreno para reservatório com área de 1580m<sup>2</sup> e constituição de servidão para a passagem de conduta adutora com área de 780,00m<sup>2</sup>, ambos no Casal do Viso Grande.**
  - 5. Deliberação n.º 174/2021 – Proposta n.º 06/2021 – SMPCB – Protocolo de Colaboração entre o INOV – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação e o Município de Setúbal.**
  - 6. Deliberação n.º 175/2021 – Proposta n.º 09/2021 – DAAE – Moção – Em defesa de um serviço público de gestão de resíduos.**
  - 7. Deliberação n.º 176/2021 – Proposta n.º 57/2021 – DCDJ – URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses – protocolo de colaboração.**
- C) Período destinado à intervenção do público**



## A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente, dos mapas relativos aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Administração Geral e Finanças e de Urbanismo (Licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira no âmbito do Departamento de Educação e Saúde, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

### 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que tinha três questões para o período de antes da ordem do dia. A primeira tinha a ver com o facto de terem tido alguns contactos de pessoas que estavam interessadas em adquirir lotes no Loteamento Municipal do Casal das Figueiras e a informação que tinham tido era que a Câmara não estava a proceder a qualquer venda desses lotes, enquanto a retificação ao loteamento não estivesse concluída, retificação que pensava estar em curso, mas que ainda não tinha previsão de conclusão, ou, pelo menos, as pessoas não lhe tinham sabido dizer qual seria a data previsível.

Gostariam de saber qual era a previsão da data da conclusão desse processo, da retificação ao Loteamento do Casal das Figueiras. Era um processo que não era de agora, já era de há muito tempo, e, de vez em quando, apareciam lá algumas alterações que tinham que ser retificadas. Portanto, gostariam de saber se existia essa data exetável de conclusão.

Depois, tinha acabado por visitar o local e era visível que existiam várias obras de arranjos exteriores que estavam em falta, dentro desse loteamento, como os passeios e os lancis. Algumas casas tinham acessos com estradas em terra batida e, sendo um loteamento municipal e da responsabilidade do município, também gostaria de saber se existia previsão de quando é que a Câmara iria efetuar essa intervenção.

O segundo ponto tinha a ver com o Sistema de Alerta e de Redução de Risco de Catástrofe de Setúbal, que tinha várias plataformas espalhadas pela cidade. Alguns desses painéis informativos davam a ideia de terem sido vandalizados ou terem sido afetados pelo tempo. Não se percebia bem se aquilo estava a funcionar ou não. Gostariam de saber se aqueles painéis, que tinham como objetivo fornecer à população alertas ou fazer pedidos de socorro, estavam a funcionar ou não. O do parque de Albarquel estava para manutenção e alguns da Avenida Luísa Todí, pelo aspeto exterior, não se percebia bem se estavam em funcionamento ou não.

Terceiro ponto e último: queria dar os parabéns aos serviços da Câmara Municipal de Setúbal pela realização da prova da Maratona Olímpica de Natação de Águas Abertas. Os vereadores do Partido Socialista tinham marcado presença e tinha sido uma organização que, pela sua parte, entendia que tinha sido muito competente.

Deixava, apenas, uma sugestão, um reparo. Muito possivelmente até nem teria sido da competência da Câmara, não sabia, mas, por causa do COVID, a população não tinha podido assistir, portanto, estava de longe a assistir à maratona. A prova tinha sido feita para o lado

do PUA, para o lado da Praia da Albarquel, o que tinha impedido ou dificultado ainda mais que a população pudesse ter vista, pudesse ver a prova, quando, se tivesse sido ao contrário, ou seja, para o lado da Praia da Saúde, teria permitido que as pessoas pudessem ter visto os nadadores. Mas, enfim, alguma razão técnica, seguramente, teria estado na base dessa decisão e, portanto, deixava os parabéns a toda a equipa, pela realização desse evento.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que queria colocar duas questões. A primeira tinha a ver a aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência no concelho, por parte do Município. Desejavam obter informação acerca das ações e dos investimentos que estavam previstos, o âmbito, o orçamento e que janela temporal de execução tinha o Município planeado nesse âmbito, do Plano de Recuperação e Resiliência.

Uma segunda questão tinha a ver com as placas metálicas que estavam colocadas na Avenida Luísa Todi, em frente ao Mercado do Livramento. Quando é que elas seriam retiradas? Tinham observado que essas placas tinham sido colocadas havia meses, senão anos. Juntavam a essa pergunta a pergunta se era, ou não, preocupante a situação de risco de inundação na cidade, devido àquela circunstância, pois existiam estudos que afirmavam que a parte aquedutada da linha de água da Ribeira do Livramento se encontrava num estado degradado e, provavelmente, subdimensionada. Queriam saber se essa situação era preocupante e que medidas se podiam tomar, se estavam tomadas ou tinham sido tomadas, para minorar o risco de inundação naquele sítio, que lhes parecia um sítio nevrálgico e que merecia mais atenção ao longo do tempo.

Quanto a alertas e avisos de catástrofes, teriam mais à frente na ordem de trabalhos um desenvolvimento relativamente ao INOV. Supunha que seria por isso, pelo que ficariam à espera desse mesmo ponto.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que, a título de informação, tinha sido interdita ao trânsito a Rua Arronches Junqueiro. Era uma matéria que estava em discussão nas redes sociais, era inevitável.

Gostariam de saber se essa interdição ao trânsito seria definitiva, se iria passar a ser uma rua, apenas, de percurso pedonal, se iria levar esplanadas, se tinha sido acautelada, no caso de levar esplanadas, a circulação de viaturas de emergência ou outras, por exemplo, de instituições que davam apoio à população naquela área, quem é que tinha a chave dos pilaretes amovíveis, que eram rebatíveis, se havia um acesso fácil e em tempo útil, em caso de necessidade.

Eram essas questões, só para esclarecer, também, um pouco, o Partido Socialista e, no fundo, também a população, que se interrogava sobre essa matéria.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que queria falar um bocadinho e, depois, a Vereadora Eugénia poderia complementar, se fosse necessário, relativamente à questão da Rua Arronches Junqueiro. A rua não tinha sido fechada ao trânsito, estava fechada ao trânsito havia muitos anos. Lá em cima, tinha um sinal de *“Trânsito Proibido, apenas destinado a cargas e descargas.”* Só que a rua estava aberta e as pessoas - muitas vezes, se calhar, até desconhecendo ou não fazendo caso que estivesse lá esse sinal - acabavam por passar.

Havia cerca de um mês, um mês e pouco, tinham reunido com os comerciantes e com os moradores dessa rua, que lhes tinham apresentado uma série de propostas muito válidas, para a dinamização da rua, tanto ao nível do comércio como ao nível das questões de segurança, uma vez que as pessoas se queixavam de que lhes era difícil sair à rua sem, muitas vezes, levarem com um carro ou de não terem essa preocupação de terem um corrupio de carros, porque muitas pessoas, em vez de aproveitarem e fazerem, logo abaixo, o trânsito na Travessa de São Sebastião, iam mais acima e acabavam por passar à Rua Arronches Junqueiro.

Dessa reunião tinha surgido uma espécie de um plano de atividades, a desenvolver com os moradores e com os comerciantes, que, naquele momento, estavam, também, a apreciar a

4

hipótese de se poderem constituir numa cooperativa ou numa associação legalmente formada, para poderem tratar das questões do bairro.

As ideias eram muito interessantes e tinham feito, depois, uma reunião conjunta, até com vários pelouros, porque perpassavam desde as questões do espaço público, de limpeza, de tratamento, de trânsito, até às questões da cultura, da economia e da dinamização da Baixa. Tinha sido nesse âmbito que eles lhes tinham apresentado um plano e uma proposta, para poderem começar a fazer, em conjunto, algumas iniciativas.

Essa questão do trânsito era fundamental, uma vez que, se a rua não tivesse um perfil pedonal e se estivessem sempre na incerteza de poderem passar carros, seria muito difícil garantir a segurança das pessoas.

Inclusive, aquilo que o vereador tinha dito era uma discussão salutar que, naquele momento, estava a acontecer no Facebook, porque a Câmara tinha colocado lá toda a informação. Por isso é que a discussão estava a acontecer. Existiam algumas dúvidas das pessoas, o que era legítimo e era normal. Tinha sido feitos contactos porta-a-porta com as pessoas e tinham sido deixados panfletos. Se calhar, não se tinha conseguido chegar a toda a gente. Era normal que isso não tivesse acontecido.

Já tinha sido feita uma reunião, na semana anterior, com moradores e com comerciantes, relativamente a toda essa questão. Aquilo que podia dizer era que, operacionalmente, a Divisão de Trânsito tinha feito a proposta para a colocação dos pilaretes e tinha tratado de todas as questões operacionais com as entidades, com as autoridades, com todos.

Admitia que pudesse, ainda, haver alguma questão, porque havia muitas pessoas que ainda desconheciam e acabavam por ir lá acima e, depois, tinham que voltar para trás, dando a volta no Bairro das Fontainhas, mas estavam em crer que aquela solução passava por uma medida que lá estava havia muitos anos, o sinal que já tinha sido aprovado pela Câmara e que não era, no fundo, respeitado ou, às vezes, nem era conhecido da maioria das pessoas.

Era isso que estava em causa. As situações do trânsito e da mobilidade dos veículos de emergência e de todas aquelas pessoas que ali moravam estavam a ser acauteladas. Segundo a Divisão de Trânsito lhe tinha dito, os pilaretes eram mecânicos, não eram elétricos. Tinha uma chave, que era universal e que podia ser utilizada pelas forças de segurança, pelos veículos de emergência, etc. O que a Divisão de Trânsito tinha dito era que existia essa chave e que estava disponível para as autoridades.

De qualquer maneira, também tinham disponibilizado essas chaves para os responsáveis da rua. Os moradores e os comerciantes tinham eleito dois interlocutores naquela rua e eles também tinham ficado com as chaves, para o caso de haver alguma necessidade premente de circulação.

Era isso que tinha para dizer. Pensava que ia ao encontro daquilo que tinham sido as questões colocadas, sendo certo que essa medida passava por aquilo que tinham que acautelar em mais sítios.

Ainda no dia anterior tinha passado no Largo de Santo António e era por demais evidente a usurpação do espaço, relativamente aos automóveis. Era um largo que era pedonal, que cumpria algumas funções de carga e descargas, tendo em conta, por exemplo, que se encontrava lá, até, a Associação dos Socorros Mútuos, mas estava desregrado. No dia anterior, estava com muitos carros e essas medidas tinham que ser tomadas, como era óbvio, até para proteção das pessoas que circulavam naquelas ruas.

Sabiam que tinham outras ruas na Baixa que eram pedonais havia muitos anos ou que tinham uma circulação mínima e essas já estavam interiorizadas. Aquilo que gostariam era que o acesso pedonal, realmente, fosse uma realidade e que as pessoas pudessem usufruir e que os negócios pudessem fruir e que as coisas se desenvolvessem, tanto na Rua Arronches Junqueiro, como na Rua Paula Borba. Não necessitava de ser diferente, estavam a falar do mesmo espaço e estavam a falar do Centro Histórico.

Aquela era uma experiência-piloto, que estava a ser feita com esses comerciantes e estava a ser avaliada, para perceberem que potencialidades é que aquele projeto tinha. Estavam a encarar como uma experiência-piloto.

Havia, também, uma situação grave, que tinha a ver com a Rua Pereira Cão, que atravessava a Rua Arronches Junqueiro, e que também tinha que ser considerada. Outra situação era a Rua da Alfândega, que também tinha que ser considerada nesse “puzzle”, nesse enquadramento.

**Sra. Presidente** – Disse que a senhora Vereadora Carla Guerreiro se tinha esquecido de uma coisa muito importante, que aquele projeto tinha sido feito a pedido das pessoas. Tinha dito que tinham pedido uma reunião, mas convinha dizer que tinha sido a pressão, muito grande, das pessoas. Tinha sido a pedido das pessoas. Não tinha sido porque um deles tinha pensado e tinham vindo dizer e tinham feito, tinha sido totalmente ao contrário.

Primeiro, tinham tido uma reunião com a Presidente da Câmara e tinha achado extremamente interessante. Depois, tinha feito uma reunião com as atividades económicas, com a higiene e limpeza e com a cultura, no sentido de verem com a cultura, porque metia o Museu do Trabalho e porque seria um ponto de apoio a ponta da rua, que era o Museu Trabalho, para, ali, as pessoas fazerem as suas reuniões, encontrarem-se, terem uma interação muito grande com o Museu do Trabalho. Tinha sido aí que tinha sido a primeira reunião alargada, a pedido deles, com as atividades económicas, porque tinha que ver com todos os comerciantes que naquela rua tinham comércio, tinham atividade comercial, com as questões da higiene e limpeza, para aferirem da vontade da Câmara, se havia, ou não, disponibilidade da Câmara. Portanto, tinha sido feita uma grande pressão por parte dos comerciantes.

Isso fazia toda a diferença, no sentido de que, nos tempos que corriam, podiam fazer ali “cavalos de batalha” e “show-off”, dizendo que a Câmara tinha incentivado ou quase que tinha pressionado aquela gente para fechar. Não, tinha sido ao contrário, tinham sido eles que lhes tinham chamado a atenção, até, de que havia lá um sinal há muito tempo e que, de facto, não era cumprido, porque ninguém respeitava o sinal e, quando era chamada a polícia, a polícia dizia: “Pois, é melhor pedirem à Câmara para fechar isto, porque ninguém respeita o sinal”, que estava lá, de não circulação.

Depois, então, é que tinham levado a parte técnica ao terreno. Tinha ido estudar. Especialmente o trânsito tinha ido estudar toda a situação e a hipótese de se colocarem, então, os pilaretes, que, inicialmente, o trânsito tinha proposto que fossem mecânicos e as pessoas já estavam a propor que fossem elétricos. Tinha dito que não, porque à porta dos Paços do Concelho tinha tido um pilarete elétrico que estava permanentemente avariado. Se aquilo avariasse e as pessoas quisessem entrar para as suas casas ou quisessem entrar para fazer a sua atividade comercial, a fazer cargas e descargas, e aquilo avariasse, não podia ser. Portanto, seria melhor que ficassem com uma chave e, em caso de necessidade e de cargas e descargas, também, seriam eles que regulavam e que organizavam aquilo. Estavam a ver o que é que dava.

No início, os serviços tinham proposto que aquilo só se fechasse ao fim de semana - também convinha dizer isso -, para ver o que é que aquilo dava e tinham sido as pessoas que tinham insistido para que se prolongasse durante a semana, especialmente no verão. Se corresse bem, a Rua Pereira Cão e a Rua da Velha Alfândega teriam que estar em consonância com a alteração da Rua Arronches Junqueiro.

Estavam a experimentar com os moradores. Estava tudo a ser experimentado, mas convinha frisar bem que tinha sido muito a pedido de um projeto que eles, já havia algum tempo, tinham, também, solicitado, ainda antes do COVID. Depois, tinha-se metido o COVID e as coisas tinham acalmado. Naquele momento, eram as pessoas que diziam: “No Verão, queríamos, também, pôr aqui algumas mesas na rua e evitar que passem carros com alguma velocidade.” As pessoas saíam das lojas e vinham carros a descer do Museu do Trabalho, por ali abaixo. Portanto, tinham pedido muito e tinha sido assim que tinha acontecido, para que não houvesse dúvidas.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que a questão tinha sido colocada para efeitos de esclarecimento, não tinha sido com outro intuito. Até por uma razão, também, embora fosse uma razão de experiência e da responsabilidade que tinha. Conhecia aquela zona enquanto

presidente de uma instituição que, também ali, dava apoio a pessoas idosas. Por isso é que tinha perguntado quem é que tinha a chave dos pilaretes. Se houvesse necessidade de dar um apoio e uma viatura tivesse que se deslocar aos utentes, a quem é que se recorria? A questão colocava-se, também, nessa perspetiva.

**Sra. Presidente** – Disse que era ao Gonçalo, que tinha o estúdio de tatuagens, e à Elsa, que tinha os Pasmadinhos.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que não podia ficar dependente de um particular.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que aquilo tinha um horário para poder circular viaturas, das 8 às 11 horas da manhã, e, naquele momento, estavam a pensar em fazer até ao meio-dia.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que existia outro tipo de apoio à população idosa naquela rua.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que, existindo, era só fazerem-lhes chegar a necessidade, para perceberem como é que a iriam tratar.

**Sra. Presidente** – Disse que era dar uma chave.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – *“Exatamente.”*

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que era uma questão operacional, não se tratava de fazer *“show-off”* nem de fazer daquilo um *“cavalo de batalha.”* Haveria quem fizesse, mas, certamente, eles não tinham essa intenção.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** - Disse que tinham percebido que havia uma grande habituação, até de pessoas que não tinham necessidade de passar por ali, mas também tinham percebido que havia muitas pessoas que tinham necessidade de passar. Aquilo que estavam a fazer – por isso é que se tinha ido levar o papel a toda a gente e se tinha convocado a reunião – era para que as situações, caso a caso, fossem avaliadas, para que, não inviabilizando aquilo que era a vontade daquelas pessoas nem o comércio, todas as outras situações estivessem, também, asseguradas.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que no Largo de Santo António tinham sido colocados obstáculos físicos, aquelas bolas – não tinha tido nada a ver com o atual executivo - que tinham sido retiradas mais tarde, porque havia necessidade de aceder à Rua Major Afonso Pala, em termos de ambulâncias, de carros de bombeiros, até das viaturas dos Socorros Mútuos, por exemplo, que estavam lá porque funcionavam ali. A sede deles era naquele espaço. Tinha havido necessidade de serem retiradas, por isso, também existiam abusos, porque o que impedia fisicamente tinha tido que ser retirado. A solução de colocar pilaretes também tinha sido adotada e tinham-nos lá posto, só que eram deitados abaixo, efetivamente, derrubavam-nos. Naquele momento, não existia nenhum impedimento físico. Havia abusos, obviamente, mas não deveria haver. Mas só assim é que permitia que as viaturas chegassem onde tinham que chegar e que a instituição pudesse desenvolver o seu trabalho. Só estava a dizer aquilo por uma questão operacional, não era por não concordar, porque estava de acordo que houvesse zonas pedonais e quantas mais melhor.

**Sra. Presidente** – Disse que, dentro daquela experiência, achava que se devia ir retificando o que tinha que se retificar. Portanto, se fosse caso de haver ali alguns utentes dos Socorros

Mútuos, dar-lhes-iam uma chave, para, rapidamente, entrarem e saírem e fazerem o seu trabalho.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que, antes de partilhar algumas notas, queria, também, saudar essa iniciativa da Câmara Municipal de Setúbal, em conjunto com os moradores e com os comerciantes da Rua Arronches Junqueiro. Às vezes, ficava um bocadinho sem saber qual era a intenção das questões que eram colocadas – que lhe perdoasse o senhor Vereador Fernando Paulino -, se eram, efetivamente, para ajudar ou se era para criar algum anátema, porque não tinha percebido como qual era a posição do Partido Socialista, se estava de acordo ou não, ao questionar a Câmara Municipal, o executivo municipal, se não tinha salvaguardado as questões de emergência. Achava que isso era um princípio básico.

A Câmara Municipal, quando tinha tomado a iniciativa auscultando uma preocupação, que, inclusive, o Partido Socialista, tantas vezes, ao longo dos últimos meses, ali tinha trazido, com as questões da economia e do desenvolvimento económico. Tinha sido, de facto, um dos elementos que tinha estado na base, também, desse pedido, da parte de muitas das pessoas que se tinham dirigido à Câmara Municipal: criar mais e melhores condições e tornar, de facto, aquela rua, uma rua, também, mais atrativa, mais apelativa, e, sobretudo, que respondesse àquilo que era uma tendência, não só do país, um pouco por toda a parte, que era os centros históricos estarem pedonalizados.

Aquilo que a Câmara Municipal de Setúbal tinha feito nessa perspetiva, como tinha feito em muitas outras áreas do trabalho desenvolvido pelo executivo municipal, tinha sido tomar uma decisão e ir supervisionando, retificando e reajustando, sempre à medida e ao encontro daquilo que era o superior interesse das pessoas. Nem sempre era possível conjugar a 100 por cento todas as vontades.

Se calhar, tínhamos uma maioria que tinha procurado e tinha ficado satisfeita com essa tomada de decisão, mas aceitavam que, se calhar, podia haver algumas pessoas que teriam preferido manter um bocadinho aquilo que era uma prática, que era a frequência dos carros. Como tinha dito o Vereador Fernando Paulino, que a conhecia bem, sabiam que aquela era uma rua em que, quando um carro circulava, as pessoas não podiam continuar a andar, tinham que parar, porque, senão, o carro não passava.

Portanto, achava que ganhava a cidade, as ruas, a freguesia, ganhavam todos. Todos tinham que contribuir para essa tendência de uma forma construtiva e não a criar ruídos. Não estava a dizer que tinham criado ruídos, mas, como sabiam, tinha havido ruídos. Deviam todos, enquanto vereadores da Câmara Municipal, também contribuir para essa tendência que era valorizar os nossos centros históricos, dar sentido aos nossos centros históricos.

Quando essa questão, ainda para mais, tinha surgido de uma circunstância e de um contexto onde a dimensão económica ganhava particular razão, por aquilo que todos sabiam, deviam estar empenhados, também, em poder ajudar as pessoas nessa condição.

Havia, ainda, outra nota que era importante, também, relevar. Era que, de facto, ao longo dos últimos tempos e da última década, em particular, aquela era uma rua que tinha vindo a ganhar a forma, sobretudo pelos equipamentos culturais que ali tinham lugar. Portanto, também nesse sentido era muito relevante essa força, com o Museu do Trabalho e, mais recentemente, com A Gráfica, a Casa Bocage, um pouco mais acima, um conjunto de iniciativas que tinham lugar naquele território.

Enfim, tudo isso ganhava sentido naquilo que era uma tendência de valorização do Centro Histórico, e, portanto, também queria congratular a Câmara Municipal e os serviços da Câmara Municipal, que tinham tido uma enorme preocupação. Era normal e era compreensível que, naquelas primeiras fases, houvesse ajustes e reajustes de algumas coisas que pudessem não correr tão bem. Percebia perfeitamente. Como sabiam, também tinha acompanhado um serviço de apoio domiciliário. Obviamente que uma carrinha de apoio domiciliário que tivesse que responder a um 2.º andar de uma daquelas ruas teria que estar salvaguardado se conseguia responder. Podia ter mais do que um serviço. Podia fazer alimentação da parte da manhã, podia ter que fazer a higienização. Se era uma pessoa que estava a ser alimentada por sonda, podia ter que se dirigir. Eram tudo questões que teriam

que ser consideradas e certamente que os serviços da Câmara Municipal não escamoteariam a ter essas questões bem salvaguardadas.

Acima de tudo, sobre aquela matéria e sobre aquela questão, o que achava era que deviam estar satisfeitos por se ter dado mais esse passo na valorização do património, nomeadamente do Centro Histórico da cidade.

Sobre o fim de semana, não querendo perder muito tempo, embora as circunstâncias merecessem, estava o país de parabéns, estava a cidade de parabéns e estava a Câmara Municipal de parabéns. Tinha sido, de facto, um fim de semana – permitissem-lhe a expressão, que só a si responsabilizava - absolutamente inédito e épico. Tinham sido, pela primeira vez, apurados 2 atletas para os Jogos Olímpicos, no quadro da Prova de Águas Abertas, que se tinha realizado pelo 3.º ciclo olímpico consecutivo em Setúbal. Tinha sido uma prova de excelência, um resultado absolutamente extraordinário. Só a título de curiosidade, se o critério de apuramento não tivesse sido um atleta por país, teríamos apurado 2 atletas.

Por isso, também tinha sido um grande contentamento e uma grande satisfação para todas as entidades que também se tinham feito representar, desde o Presidente do Instituto Português do Desporto e da Juventude - aliás, com declarações públicas que tinham sido possíveis e audíveis nos canais que tinham transmitido a própria - e o próprio Presidente do Comité Olímpico. De facto, Setúbal tinha permitido dar um contributo muito importante àquilo que era o desporto nacional e era bom que nos orgulhássemos imenso, não só de poder ter a realização dessa prova na cidade, como do papel que a cidade tinha para o desenvolvimento em prol do desporto português, e, em particular e muito em breve, naquilo que era a representação portuguesa no contingente de atletas que iriam estar presentes nos Jogos Olímpicos de Tóquio, porque, ainda a par disso, não só tínhamos apurado 2 atletas para os Jogos Olímpicos, mas, também, o atleta Pedro Pichardo.

A par desse feito inédito e absolutamente extraordinário, tinham tido, também, ainda a possibilidade de se congratularem pela proeza, pelo feito alcançado pelo Pedro Pichardo - recentemente também homenageado pela Câmara Municipal de Setúbal -, que estaria representado nos Jogos Olímpicos, que tinha feito a melhor marca do mundo de 2020, na prova de triplo salto que se tinha realizado no fim de semana, dando indicações absolutamente excelentes para aquilo que era o seu objetivo de ganhar uma medalha, também, nos Jogos Olímpicos de Tóquio.

Portanto, achava que estava de parabéns a cidade, o país e estavam de parabéns, obviamente, todos, em particular a Câmara Municipal de Setúbal e todos os serviços, que tinham dado provas cabais daquilo que era a capacidade de organização da Câmara Municipal em eventos daquela dimensão.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que queria dar umas notas breves. Em relação à situação epidemiológica em Setúbal, estavam com o registo de 12919 infetados, no total. A maioria estava curada, mas tinham naquela fase, nos últimos 14 dias, 210 por 100 mil. A estimativa, com a projeção que tinham feito, era que chegariam aos 240 por 100 mil dia 25, e, se continuasse esse progresso, dentro de 10 a 12 dias teriam de entrar em retrocesso, em relação aos horários e em relação às medidas de contenção.

O RT estava em 1,2. As causas de infeção eram, sobretudo, de contexto familiar, contactos sociais, amigos e um ou outro contacto laboral. Já havia casos de focos em empresas. Também havia 15 focos em escolas, 15 surtos, com 109 infetados e 987 alunos em isolamento, embora, no que respeitava às escolas, as escolas fossem fechar, e, portanto, todo esse processo fosse encaminhar-se para a comunidade, para a manutenção do acompanhamento na comunidade.

Era importante saber-se que a esmagadora maioria das infeções nas escolas eram de contexto familiar. Dentro das escolas havia, também, alguma transmissão, mas muito reduzida, o que queria dizer que o espaço escolar tinha sido um espaço seguro e era através da inflamação familiar que às coisas estavam a correr.

No hospital tinham, no dia anterior, 16 pessoas. Naquele momento tinham 15 pessoas, porque tinha morrido uma pessoa. Tinham 6 na enfermaria, 5 no ADR e 4 nos cuidados intensivos. Tinham tido, 15 dias antes, 4 ou 5 pessoas no hospital. Portanto, a situação estava a agravar-se, como era conhecido. Era evidente que, em termos de número de infetados, o país estava pior do que no ano anterior pela mesma altura, mas, a nível hospitalar, estava muito melhor.

Isso também tinha a ver com o fator vacinação, que estava a decorrer com um bom ritmo. Já tinham 68 mil pessoas vacinadas, das quais 21500 com a 2.ª dose, e, segundo informação do ACES Arrábida, em 41 dias atingiriam os 70 por cento de vacinados, o que era uma boa notícia. Outra boa notícia, também, era que o ACES Arrábida, em que estavam incluídos, era o 3.º ACES da Região de Lisboa e Vale do Tejo em número de testes. Havia um número elevado de testes e um esforço muito grande de testar, identificar, proteger, etc.

Também uma nota relevante era que iriam ter que caminhar para mais testagem, apesar de tudo. Estavam a trabalhar, mas não estava a ser fácil trabalhar para abrir o Centro de Vacinação de Azeitão. O Centro do Cais 3 estava a fazer uma vacinação entre os 700 e muitos e os mil, portanto, andava com um patamar médio de 800 e muitos 900, o que queria dizer que era um bom ritmo de vacinação.

Ainda uma última nota. Como a Segurança Social tinha concluído o protocolo que tinha com a Universidade do Algarve, tinha deixado de fazer testes nos lares, com a saúde pública estavam a assegurar os testes nos lares na mesma. Já tinham 800 utentes inscritos e iam tentar assegurar a todos os utentes. Havia um problema legal que estava a complicar um bocado da vida do sistema de saúde, que era o facto de não se poder obrigar ninguém a ser testado e não obrigar ninguém a ser vacinado. O que estava a acontecer era que nos lares, recentemente, tinha havido trabalhadores que se tinham recusado a ser vacinados e que estavam a infetar utentes e alguns utentes que se tinham recusado a ser vacinados e estavam a infetar outros utentes.

Estava-se mesmo a pensar na hipótese de regressar a uma situação em que, quando um utente saía da instalação e regressava, além do teste, que era o que fazia naquele momento, iria ter que fazer quarentena, também, porque a situação estava a complicar-se um bocadinho e seria para tentar intervir enquanto não se desenvolvesse de uma forma muito acentuada.

No fundo, o apelo que se fazia era de contenção. Em Setúbal, a PSP tinha feito uma grande ação no fim de semana anterior, na zona dos bares, Avenida Luísa Todi, restauração, etc. Havia bares fora de horas e tinha tido que os mandar fechar. Tinha conversado com as pessoas, tinha-as dissuadido. As coisas tinham corrido muito bem, mas, tendo em conta que havia um conjunto de estabelecimentos que, de uma forma reiterada, não cumpriam coisa nenhuma, nem cumpriam horários nem cumpriam o número de utentes, etc. Tinham responsabilidades sérias em infeções, esse tipo de espaços. A ideia seria fazer uma fiscalização mais musculada, com a PSP e a Câmara, e tomar as medidas necessárias, em função do comportamento que essas entidades tivessem. Era essa a nota de preocupação.

Já se falava no 4.º surto, lá mais para o fim de julho/agosto. Iam ver o que é que isso iria dar, até porque os convívios prosseguiam e dos convívios mais registados e com mais impacto na transmissão eram os convívios à volta do futebol, do Euro, com completo desequilíbrio e sem qualquer cuidado. Portanto, era só para deixar aquela nota de preocupação.

Estava a ser feito um grande trabalho pelos vários parceiros, também confiantes que esse trabalho haveria de dar algum resultado, mas, se as pessoas não tivessem em conta o seu comportamento, seria totalmente impossível. A variante que estava naquele momento dominante em Portugal era uma variante muito mais agressiva que todas as outras variantes. Era, para aí, mais de 100 vezes mais infecciosa do que a primeira, só para terem uma ideia do que estavam a falar, do ponto de vista da perigosidade.

Também tem sido registado que, naquele momento, o grau etário mais infetado era o dos 30/40 anos. Estavam a aparecer muitas casos e os casos que estavam a aparecer, no essencial, eram casos dessas idades e também casos graves. Portanto, essa ideia de que a malla mais nova não sofria era uma ideia falsa, com essa variante, em particular. O apelo que

era feito era que cada um, no seu espaço, avaliasse a possibilidade de ajudar e contribuir, além, enfim, da sensibilização que estava a ser feita por toda a gente, em todo o lado.

Em relação à questão do caneiro da Ribeira do Livramento, não tinha percebido a pergunta. Tinha ido perguntar ao senhor vereador qual era o troço de que ele tinha falado e tinha falado da zona das chapas. As chapas estavam lá por razões preventivas, não por razões de aquilo estar a cair ou estar tão degradado que tinha um perigo grave, mas, exatamente, para impedir que tivesse um perigo grave, visto que tinham sido identificadas algumas peças que estavam meio soltas, etc. Então, tinham decidido tomar aquela medida, uma medida de contenção que impedia que houvesse pressão sobre aquela zona do caneiro. T tinham feito um levantamento exaustivo, uma empresa tinha feito um levantamento exaustivo da situação do caneiro, em toda a sua extensão.

Naquele momento, tinham um projeto de reabilitação já pronto e iam concorrer a fundos comunitários, para desenvolver a reabilitação do caneiro, que tinha vários tipos de construção. Tinha alvenaria, tinha tijolo de burro, tinha cimento. Tinha várias soluções, mas iriam ter que intervir. A avaliação que tinham feito tinha sido que o caneiro estava de saúde e recomendava-se. Precisava de manutenção, naturalmente, e, naquele momento, com as duas bacias de retenção, a água, que circulava de uma forma muito violenta no caneiro, iria ser muito reduzida, ou seja, o caneiro iria ficar muito abaixo da sua capacidade, visto que a água seria contida na bacia de retenção da Ribeira da Figueira e, também, na bacia de retenção da Ribeira do Livramento. As duas confluíam no caneiro, portanto, isso estava previsto. Seria uma questão de tempo, essa manutenção. Era uma coisa cara e, no quadro do POSEUR e de outros projetos relacionados com alterações climáticas, etc, iriam candidatar-se, para resolverem o problema do caneiro.

Em relação às questões dos painéis da proteção civil, a informação que tinha era que estavam todos a funcionar, em termos técnicos. Estavam todos a rolar e a comunicação circulava. O que se estava a fazer era uma manutenção visual da estrutura, visto que já tinha uns anos. Estava a degradar-se, o "lettering" estava a desaparecer, etc. Era só a manutenção física exterior, mas, em termos de funcionamento, carregava-se no botão e respondiam, falavam, estava tudo OK, funcionava bem. Portanto, era o que podia dizer, que todo o sistema estava a funcionar.

Em relação a outra questão que tinha sido colocada, a questão do PRR Investimentos, estava prevista uma série de investimentos na área do PRR, mas, naquele momento, só tinham propostas. O PRR nacional não estava fechado, o da Área Metropolitana também não, o que tinham era um conjunto de propostas muito vasto para o PRR, sobretudo naquelas matérias em que o PRR era mais forte, que eram a questão da mobilidade. T tinham propostas muito fortes na área da mobilidade e na área da habitação, que eram as duas grandes áreas do PRR.

No caso da habitação, o que podia dizer era que a candidatura chegava aos 336 milhões de euros. Iriam ver o que é que viria. O que tinham seguro e certo, desde logo, no caso concreto da habitação, eram 22 milhões para reabilitar 8 bairros, onde iriam entrar com metade, no quadro do 1.º Direito, e era uma verba para rendas mensais, de 39 mil euros mensais. para resolver o problema da Quinta da Parvoíce, que era um dos processos que estava em curso, em torno do qual também já tinham assinado um protocolo com o IHRU. Portanto, tinham dois protocolos assinados, para reabilitar os bairros e para resolver o problema da Quinta da Parvoíce. A somar a isso, iriam avançar com construção de habitação, mais reabilitação e reabilitação reforçada onde já tinham previsto reabilitação, se viesse o PRR, mas teriam que aguardar os termos em que o PRR viria, sobretudo no volume da verba financeira que viria do PRR. Portanto, para já, do PRR, ninguém tinha investimentos, toda a gente tinha propostas de futuros investimentos, decorrentes, depois, da aprovação dessas propostas no quadro global do PRR.

Querida, para concluir, só dar nota do 1.º Fórum Municipal de Habitação. O Conselho Municipal de Habitação tinha previsto, no seu regulamento, a realização anual de um Fórum Municipal de Habitação. Esse 1.º Fórum tinha sido organizado com o tema "*Políticas e Práticas de Habitação.*" Tinha estado cá a senhora Secretária de Estado. Por acaso, tinha

sido muito importante, porque ela tinha na mesa, havia 2 meses, o despacho da Quinta da Parvoíce, a homologação do protocolo, e tinha-se comprometido, ali, com eles, a dar celeridade ao processo e no dia seguinte, segunda-feira, tinha homologado o protocolo, com o qual já podiam trabalhar.

Grosso modo, tinham estado cerca de 300 pessoas, quer presencialmente, quer “online”, a acompanhar o Fórum. Tinha-se tratado, sobretudo, de, enfim, fazer uma afirmação do trabalho municipal na área da Habitação e trocar experiências com outros municípios nessa matéria - pensava que isso tinha sido atingido -, e, por outro lado, manter na agenda política pública a matéria da habitação como uma questão central, que tinha que ver com o direito constitucional à habitação. Achava que o objetivo também tinha sido conseguido.

Queria só deixar uma nota, que achava que era muito importante, que era a seguinte: tinham, naquele momento, um PRR Habitação no valor de 1600 milhões, dos quais 1200 e tal 1300 milhões, para construção e reabilitação de habitação permanente e cerca de 200 milhões para habitação temporária. Havia um grande empenhamento à volta desse bolo financeiro, que era o maior bolo financeiro para habitação desde há 30 anos.

De qualquer maneira, queria só lembrar que o Governo entendia que 2 por cento de habitação pública no quadro da habitação global era muito pouco e o próprio Governo tinha definido 5 por cento como a sua meta de habitação pública no quadro da habitação global. Queria só chamar a atenção para esse facto simples, com o investimento atual, com o PRR igual a esse em permanência, para atingir os 5 por cento seriam precisos 15 mil milhões de euros e 30 anos. Portanto, era só para terem uma ideia de que o PRR era uma coisa importante.

Para quem sabia de emergência médica, era uma botija de oxigénio de 3 quilos, mas precisavam de uma botija de oxigénio de 100 quilos. Portanto, era uma coisa complexa e era uma boa oportunidade, mas era só uma oportunidade para que as coisas não andassem para trás e exigia, em cima disso, a triplicação, para, em 10 anos, resolver o problema do valor do atual PRR. Era só para deixar esses dados, porque havia muita gente entusiasmada à volta do PRR, a pensar que isso iria resolver tudo, mas não, iria só manter a área de trabalho, essa área da habitação, com algum dinamismo, para não decair completamente. Depois, precisava, enfim, de um investimento robusto, como tinha dito a senhora Secretária de Estado, que iria haver uma aposta robusta. A aposta robusta implicaria, praticamente, triplicar ou quadruplicar o atual PRR.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que, ainda relativamente ao PRR, o Vereador Carlos Rabaçal não tinha feito essa referência, mas, não havendo, ainda, a abertura de avisos, não havendo regulamentos, não havendo nada, mas, em acordo com a ARS, estava inscrito - em proposta, naturalmente – um levantamento de quase 10 milhões de euros, para a construção dos dois centros de saúde, nomeadamente o da Bela Vista e o do Bairro do Liceu, na Praceta Maria Lamas. Era o que era, mas iriam ver o que é que haveria.

Tinha pedido a palavra para fazer, nomeadamente, duas saudações e prestar uma informação. Queria saudar a realização do espetáculo das marchas, que se tinha realizado fazia 8 dias no Fórum Luísa Todi, com o envolvimento de uma parte importante do movimento associativo, em que a Divisão da Cultura, todo o departamento (DCDJ), acompanhado pelo Vereador Pedro Pina, tinha tido um papel importantíssimo e fundamental, para manter viva, num contexto muito restrito, como tinha ido sendo reportado nas reuniões da Câmara, para manter viva essa tradição que animava tanto a cidade e os bairros da cidade.

Pensava que todos os que tinham assistido a esse espetáculo tinham saído de lá satisfeitos com o envolvimento e ambiente que se tinha vivido. Achava que a Câmara Municipal de Setúbal e os responsáveis diretos da iniciativa tinham demonstrado a ligação à comunidade, a ligação às coletividades e tinham dado um contributo muito importante na afirmação cultural da cidade. Pensava que era importante, naquela altura, fazerem essa valorização.

Queria, também, saudar, em concreto, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN), que tinha escolhido a cidade de Setúbal como um dos três locais para trazer a exposição do seu 50.º Aniversário da CGTP-IN, que marcava o regresso

4

do sindicalismo não controlado, não manipulado, ao nosso país, ainda em fascismo, que, naturalmente, acompanhava a sua vida e acompanhava, também, o processo da luta contra a ditadura fascista e a construção da democracia no país e o facto de, apesar de todos os retrocessos e opções políticas dos sucessivos governos, que tinham vindo a diminuir aquilo que eram as opções constitucionais dos direitos dos trabalhadores, que era algo tão importante em países desenvolvidos.

Tinha escolhido Setúbal e contavam, em Setúbal, com a presença dessa interessante exposição, para cujo momento da inauguração tinham sido convidados. Tinha estado presentes e tinham contado com a presença da senhora Secretária-Geral da CGTP-IN. Tinha pena - e tinha que fazer um reparo - que uma força política, que tinha estado presente no local, não se tivesse dignado a participar no momento da inauguração, não tivesse valorizado a presença da responsável máxima dessa central sindical - fosse aquela ou fosse outra -, e, depois, tivesse ido visitar a exposição. Ainda bem que a tinha ido visitar, achava que era importante, mas tinha muita pena que nem cumprimentar a senhora Secretária-Geral da CGT tivesse feito. Achava que não era uma postura institucional que dignificasse as instituições e, nomeadamente, o partido e a força política que o tinha feito.

Queria informar que se tinham realizado as jornadas parlamentares do PCP na Área Metropolitana de Lisboa e que tinham passado pela cidade de Setúbal. Na passagem pela cidade de Setúbal, tinha havido dois momentos que pensava que eram muito significativos. Um momento tinha sido a realização de um debate com a presença de AISET, em torno das questões das NUT, nomeadamente a velha questão da NUT III da península de Setúbal, da NUT II da Área Metropolitana de Lisboa.

Queria transmitir aquilo que tinha sido a afirmação da AISET, que tinha reconhecido que o projeto de resolução do PCP, que tinha sido o único projeto de resolução que tinha sido aprovado por unanimidade, na Assembleia da República, sobre essa matéria, respondia integralmente à sua perspetiva e às suas preocupações. Portanto, achava que era de valorizar, porque esse projeto de resolução tinha tido um contributo importante da Câmara Municipal de Setúbal e dos eleitos da Câmara Municipal.

Por fim, queria informar que, nessas mesmas jornadas parlamentares, tinha havido uma reunião, que se tinha realizado com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal. Sem necessidade de fazer grande propaganda sobre a mesma, tinha sido uma reunião de trabalho onde o Conselho de Administração tinha transmitido aos deputados do Partido Comunista Português o agradecimento que tinham pelo empenho que a Câmara Municipal de Setúbal tinha tido e tinha no processo de ampliação e defesa do hospital, porque, se não tivesse sido a proposta do PCP, de inclusão no Orçamento de Estado da verba para a ampliação, naquele momento nem sequer aquela primeira "tranche" teria aparecido.

Portanto, tinha sido um reconhecimento desse papel que tinham entendido fazer, pela leitura que tinham feito, que tinha a ver com a articulação, de facto, que a Câmara Municipal de Setúbal tinha feito e do papel que tinha desempenhado junto do poder político, nomeadamente, no caso concreto, que o grupo parlamentar do PCP tinha feito, através da proposta que tinha apresentado.

**Sra. Presidente** – Disse que, relativamente ao Casal das Figueiras, queria lembrar que já tinha ido a várias reuniões, no mandato anterior, a revisão desse loteamento. Primeiro, a constituição do loteamento, porque nem sequer existia a constituição do loteamento, se estavam lembrados. Ainda tinha sido no mandato anterior, não havia, sequer, constituição do loteamento. Tinha estado assim 30 e tal anos, quase 40, por aí.

Tinham sido eles que tinham feito esse trabalho extremamente complicado e árduo, ainda com o amigo e saudoso Carlos Jesus, que era o presidente da associação, que, de facto, tinha tido um papel extremamente importante, de grande insistência, para que isso acontecesse. Aquilo tinha-se constituído em loteamento e, depois, quando se tinha ido para a obra efetiva, que tinha tido que ver com as infraestruturas, tinham-se deparado com muros que estavam mais para a frente, com galinheiros que não deviam existir, com várias

infraestruturas que tinham vindo a aparecer. Da constituição do próprio loteamento até ao início das infraestruturas tinha aparecido mais uma data de coisas.

Já se tinham feito 4 ou 5 revisões do loteamento, para acertar essas áreas, e na próxima reunião viria novamente. Pensavam que seria a última revisão, já com as pessoas que tinham contestado, que se tinham visto prejudicadas em alguns espaços, que tinham sido retirados dos vizinhos para elas. Portanto, depois dessa revisão, que pensavam ser a final, porque as pessoas tinham sido chamadas e tinham acertado com elas as extremas, pensavam que, depois dessa última revisão, já se podia dar início a algumas infraestruturas, porque, infelizmente, ainda existiam de terra batida. Portanto, seriam necessários esses acertos, para, finalmente, começarem a pôr em orçamento e a regularizar, uma vez por todas, essas terras que o vereador tinha referido e bem, que tinham que ser resolvidas.

Algumas questões colocadas já tinham sido respondidas, mas a da Rua Arronches Junqueiro era muito importante. Pedia desculpa de dizer isso, porque, depois, havia quem dissesse que estavam a aproveitar o embalo e queriam fazer farfatices. Não se comparavam com outros, portanto, queria dizer quem tinha começado aquilo, quem tinha sido.

Em relação ao PRR não havia palavra dada, nem cumprida e nem honrada. Era só para dizer isso, porque tinham que começar a pôr *“outdoors”* ao lado da palavra dada que não era palavra honrada. Tinham que dizer que, no hospital, se não tivesse sido o PCP, não teria havido palavra dada nem honrada. Tinham que dizer que tinham feito um favor a Portugal, tinham feito um favor ao Partido Socialista, que era quem estava, naquele momento, no Governo. Para isso, tinha sido preciso que a palavra tivesse sido honrada por pressão do Partido Comunista Português. Era preciso dizer isso, porque era muito fácil pôr um *“outdoor”*, para captação de votos, que não era verdade. Isso é que era mentira. Isso era falso, era mentira. Portanto, ainda bem que já tinha vindo a 1.ª *“tranche”* e ainda bem que tinha sido a própria Administração do Hospital a dizer isso, mas, depois, isso não se sabia na rua.

Relativamente à Quinta da Parvoíce, saudava aquela Secretária de Estado, porque, de facto, era uma secretária de Estado que estava por mérito naquele lugar, sendo do Partido Socialista. Havia muitos que eram do Partido Socialista, mas não estavam lá por mérito. Achava que aquela Secretária de Estado estava lá por mérito, porque era trabalhadora e, essa sim, essa dava a palavra e honrava a palavra. Essa. Isso era como em todos os partidos, havia a palavra e havia a honradez no cumprimento da mesma, dependendo, às vezes, das pessoas.

Queria lembrar que o PRR que tinha sido dado à Área Metropolitana de Lisboa para se construir habitação pública municipal, naquilo que dizia respeito, quer à renda acessível quer à renda apoiada - a renda apoiada eram os municípios que estavam a bater o pé, para se fazer renda apoiada -, porque tinha vindo aquele PRR e o Governo já estava a dizer: *“Sim, sim. IHRU, faça aí a renda acessível - que é para tirar o máximo de dinheiros comunitários -, ao máximo do valor da renda, que é para classes médias”*, para o Governo vir, através do IHRU, que não era totalmente público, mas que tinha participações, a tirar lucro com isso. Era evidente que era preciso renda acessível, mas a preocupação da renda apoiada não era do Governo - era preciso que se dissesse isso, aí, não havia palavra dada nem havia palavra honrada -, era dos municípios, que estavam a fazer das tripas coração para fazerem trocas com o IHRU, para terem lotes de terreno disponíveis para fazerem renda apoiada, que era o caso de Setúbal, mas havia mais municípios a fazer isso. Quando não tinham território disponível estavam a fazer isso.

Era preciso que se dissesse isso, mas também era preciso que se dissesse que, naquele PRR, quando a Área Metropolitana de Lisboa propôs determinado valor para a construção de habitação o Governo tinha vindo dizer: *“Bem, não é bem assim. Tem que se tirar algum valor, porque precisamos desse dinheiro para outras coisas.”* Isso estava escrito e tinha sido dito. Não havia palavra dada nem havia palavra honrada.

A propósito da palavra dada e da palavra honrada, queria dizer, também, que estavam à espera, havia 3 anos, que o Governo cumprisse com a sua palavra relativamente à Estrada da Mltrena. Eram 2 milhões e tal que tinham estado havia 3 anos em orçamento do IP, que estava num bolo. Estava no bolo do Orçamento de Estado, para se fazer a Estrada da

Mitrena, havia mais de 3 anos. Tinham sido chamados, como já tinha informado, pelo senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, que tinha sido Presidente da Câmara de Torres Vedras, para se fazer a Estrada da Mitrena na totalidade, com o PRR, que orçava em 5 milhões de euros. Já lhes tinham dito, que do PRR, já tinha sido deslocalizado esse dinheiro para outra coisa. Nem os 5 milhões, nem os 2 milhões, portanto, tinha que começar a aparecer na rua onde é que estava a palavra dada e a palavra honrada. Isso tinha que começar a aparecer na rua.

Em relação às placas, o Vereador Rabaçal já tinha explicado uma parte e não disse que a recuperação do caneiro do Livramento tinha que ver, também, com a construção do hotel, que já devia ter começado e que, por causa da pandemia, o Hotel do Bonfim, naquela vivenda ao pé da GALP. Já tinha projeto aprovado e estava à espera de começarem a fazer eles a intervenção no caneiro, para colar com a intervenção do resto da recuperação do caneiro que ia até ao rio. O resto seria feito pela Câmara Municipal. Havia uma parte da obra do hotel e a outra parte da obra da Câmara Municipal. Como tinha que se mexer no caneiro todo, quando isso fosse tudo feito seriam substituídas as placas pelo piso definitivo. A construção do hotel tinha estado a atrasar toda essa reabilitação.

No dia 18 de junho tinha vindo a público, no “*Diário do Distrito*”, que deveria pedir renúncia do mandato da Câmara Municipal de Setúbal. Para que ficasse registado em ata e para a comunicação social - até porque iria, também, para a comunicação social, porque era um direito de resposta -, a sua resposta era a seguinte (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8):

*“Fez o núcleo do PSD de Setúbal publicar, na edição do passado dia 18 de junho do Diário do Distrito, um comunicado em que defendia, e passo sucintamente a citar, que ‘eu devia renunciar ao meu mandato como presidente do município de Setúbal, que na prática deixou de ter presidente, passando os dias em Almada, na defesa do superior interesse dos setubalenses e azeitonenses’.*

*Não vou gastar muito do meu tempo com a vossa verve comunicacional – o mundo está cheio de fake news, vulgos boatos, e a menoridade intelectual campeia neste verão que nos aquece. A lama, apesar de seca, quando nela se mete as mãos suja primeiro e sempre o agressor.*

*Nunca os senhores se preocuparam em saber junto dos serviços da Câmara, a que me honro de presidir, quantos dias de férias, que qualquer trabalhador tem direito, gozei em 20 anos de vida autárquica em Setúbal. Didaticamente, façam-vos uma resenha: nunca excedeu os 15 dias de férias por ano. Se souberem fazer contas imaginem o débito que levo comigo quando no Outono deixar esta autarquia.*

*Nunca me queixei, porque havia uma obra a concretizar, e depois outra e mais outra na prossecução do bem-estar dos setubalenses e azeitonenses.*

*Foi por essa evidência transformadora que passámos de uma maioria relativa a sucessivas maiorias absolutas – a última, há quatro anos, foi tão pujante (mais um mandato) que me escuso de a comentar em números. Por essa última derrota, o PSD de Setúbal sabe, ou devia saber, a confiança que transmite à população deste concelho.*

*Mas, se os dias de férias por gozar me dariam um ano de repouso, vou agora acrescentar outro dado que todos os setubalenses e azeitonenses conhecem: eu não trabalho 35 horas semanais, ultrapasso o dobro (mais de 70 horas), juntando os sábados e os domingos em que estou junto das populações nas realizações e eventos que fervilham no nosso concelho. Setúbal tem vida, e àqueles que em mim confiaram não sei nem quero fugir, é uma missão, é para a vida.*

*É verdade que venho avaliando as carências do município de Almada, faço-o nos meus dias de lazer e, sobretudo, se os fins-de-semana mo permitem.*

*Deixo, ao núcleo do PSD de Setúbal, um conselho.*

*Podia alegar, em jeito de duelo, que o candidato Fernando Negrão tem passado ultimamente o seu tempo a visitar – ou a reconhecer – Setúbal. Mas eu não faço duelos de intenções, não conheço os tempos ocupados e os tempos livres do deputado Fernando Negrão.*

*Acredito que precise de visitar Setúbal e reconhecer as mudanças operadas que lhe são estranhas. Porque Setúbal mudou e continuará a mudar a favor do bem-estar da sua população.*

*A obra, na hora da despedida, é reconhecida pelos setubalenses e pelos azeitonenses, pelos que nos visitam e pelos forasteiros que trocaram a sua terra natal para viver nesta terra que evidencia o vigor de um tempo novo. O tempo novo que dispensa lugares-comuns e palavras velhas sem sentido, uma pura perda de tempo que revela o vazio de um programa eleitoral [do PSD].”*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu a seguinte saudação ao Clube Recreativo Palhavã, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9:

*“Saudação  
Clube Recreativo Palhavã*

*A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Clube Recreativo Palhavã pela passagem de mais um aniversário.*

*São 85 anos de vida de uma coletividade carismática da cidade que, ao longo da sua já longa história, tem servido não só a população do bairro em que se insere, mas também toda a cidade e o concelho com os muitos eventos que tem levado a cabo e que tem envolvido milhares de pessoas.*

*Do desporto à cultura, nunca deixando de olhar para aqueles que são a génese da sua identidade, mantendo o bairrismo e a galhardia, a Palhavã é uma coletividade que orgulha aqueles que gerem o município e que trabalham também em prol da população.*

*Os 85 anos de vida de uma coletividade são, por isso, motivo de regozijo e alegria.*

*Apesar das dificuldades que temos vivido nos últimos tempos, as coletividades e, neste caso especial, a Palhavã, têm sido capazes de responder de forma positiva aos anseios dos associados, adeptos e amigos, abrindo sempre as suas portas para a partilha, para os afetos e, acima de tudo, assumindo-se como escola de cidadania.*

*A alma e vida de uma coletividade são os seus feitos, mas são também aqueles que a fizeram nascer e crescer ao longo dos tempos. Neste aniversário a autarquia saúda os atuais dirigentes, e através deles, todos os atletas, sócios e colaboradores e recorda aqueles que há 85 anos tiveram a coragem e ousadia de criar esta associação.*

*Parabéns, Palhavã”.*

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que o Partido Socialista se associava àquela saudação ao Clube Recreativo Palhavã.

**Sra. Presidente** – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Américo Leal, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10:

*“Voto pesar pelo falecimento de Américo Leal*

*A Câmara Municipal de Setúbal lamenta o falecimento de Américo Leal, no dia 18 de junho, com 99 anos, depois de uma longa vida que constitui exemplo de luta pela liberdade e pela democracia em Portugal.*

*Américo Leal, membro do PCP desde 1947, foi destacado resistente antifascista na região de Setúbal e exemplo de luta pela conquista da liberdade e democracia*

*Era natural de Sines, onde nasceu a 20 de janeiro de 1922. Começou a trabalhar com 12 anos, idade em que ficou órfão, como operário corticeiro.*

*Em 1943, em Lisboa, é preso pela PIDE. Permanece 45 dias no Aljube, onde conheceu Militão Ribeiro, dirigente do PCP também preso, que o liga ao Partido.*

*Em 1944 aderiu ao PCP, quando regressou da tropa e à sua terra.*

*Fez parte da comissão local do Movimento de Unidade Democrática (MUD).*

*Durante os 27 anos em que esteve na clandestinidade, assumiu tarefas em diversas regiões do País. Foi cooptado para o Comité Central do PCP em 1956, organismo de que fez parte até 1988.*

*Assumiu responsabilidades ao nível das organizações concelhias do sul do Distrito de Setúbal. Passou, nessa altura, a integrar a Direção da Organização Regional de Setúbal, organismo a que pertenceu até 2015.*

*Foi deputado à Assembleia Constituinte e nas duas primeiras legislaturas da Assembleia da República, sempre eleito pelo distrito de Setúbal.*

*Como dirigente da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), participou com muitas centenas de crianças e jovens em debates e reuniões sobre a luta antifascista e a Revolução de 25 de Abril de 1974. Como ativista da Comissão de Utentes da Linha do Sado, deu um contributo decisivo na defesa do serviço público ferroviário e da eletrificação da linha.*

*A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada e ao PCP sentidos pêsames.*

*O nome de Américo Leal será proposto, oportunamente, para uma rua do nosso concelho à Comissão Municipal de Toponímia”.*

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que o Partido Socialista se associava aquele voto de pesar, ao homem Américo Leal e ao seu papel enquanto resistente antifascista.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que também endereçavam à família enlutada do senhor Américo Leal os sentidos pêsames.

Também suportava e apoiava aquela saudação ao Clube Recreativo da Palhavã, pelo seu aniversário.

A Sra. Presidente pediu e fez-se um minuto de silêncio.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto de ata da reunião ordinária da Câmara de 31 de maio de 2021**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião.

### **2. Deliberação n.º 171/2021 – Proposta n.º 30/2021 – DAF/DICONT/DICOR – Prestação de Contas e Relatório de Gestão Relativos ao Exercício de 2020 – Errata**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 11.

**Sra. Presidente** – Disse que aqueles documentos de prestação de contas tinham sido efetuados pela primeira vez no quadro do novo referencial contabilístico, o novo sistema SNC-AP e no período agitado da humanidade, que tinha que ver com o Covid. Por mais que tenha sido o esforço dos serviços para se fazer um trabalho perfeito, tinha sido impossível redigir um texto sem cometer pequenos equívocos. Assim, após aprovação dos mencionados documentos, na última reunião de câmara e, antes do envio dos mesmos para o órgão deliberativo, tinha sido possível detetar alguns erros, os quais não invalidado o resultado global apresentado, importava corrigir para uma melhor leitura do mesmo.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que não tendo nada a ver com a proposta de correção, ou de errata, do documento geral, o Partido Socialista tinha-se pronunciado contra. Tinha votado

contra e iria votar contra, no mesmo âmbito, não pelos elementos agora indicados, mas porque eles pouco ou nada alteravam a visão global daquilo que tinha sido sobre o sentido de voto deles, da proposta inicial.

**Sra. Presidente** – Disse que se não seria uma incoerência, até porque os valores eram os mesmos.

A Sra. Presidente pôs a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PSD.

**3. Deliberação n.º 172/2021 – Proposta n.º 31/2021 – DAF/DICONT/SERGE – Hasta Pública para ocupação de bancas, lojas e mesas do Mercado Municipal do Livramento, Mercado Municipal 2 de Abril e Mercado Municipal de Nossa Senhora da Conceição**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 e 13.

**Sra. Presidente** – Disse que havia várias bancas que estavam já há algum tempo vazias, algumas não tinham voltado a serem ocupadas, porque as pessoas tinham deixado de ter condições depois de tanto tempo a serem pouco visitadas, em alguns casos, nomeadamente no Mercado Municipal Nossa Senhora da Conceição e o Mercado Municipal 2 de abril, não visitadas de todo. Tinham sentido algum movimento e tinham decidido colocar, novamente, em hasta pública aquelas bancas todas.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Questionou se aqueles valores tinham tido alguma redução face à última hasta pública, ou eram os mesmos valores.

**Sra. Vereadora Eugénia Silveira** – Disse que eram os mesmos valores, não tinha havido nenhuma alteração.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**4. Deliberação n.º 173/2021 – Proposta n.º 22/2021 – DURB/GAGEF – Resolução de expropriação – Aquisição por via de direito privado de parcela de terreno para reservatório com área de 1580m<sup>2</sup> e constituição de servidão para a passagem de conduta adutora com área de 780,00m<sup>2</sup>, ambos no Casal do Viso Grande**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 14.

**Sra. Presidente** – Disse que inicialmente tinha havido a intenção de procederem à expropriação, porque o acordo inicial estava longe de ser aceite pelos proprietários. Mesmo assim os proprietários tinham feito uma proposta de vinte e um mil quinhentos e vinte euros e tinham chegado a um valor razoável de dez mil euros, que tinha sido aceite. Não fazia sentido continuarem com aquela expropriação, motivo pelo qual tinham procedido à resolução da mesma e, dar a possibilidade, que era o que queriam de chegarem a um acordo entre as partes.

Tinha sido um direito, que durante muitos anos, mais de trinta ou quarenta anos, tinha sido utilizado pela câmara municipal, tinha sido no tempo da CDU, com o Presidente Francisco

4

Lobo, tinha sido necessário que houvesse passagem, na parcela de terreno daquela família, no sentido de se poder fornecer água à população de Setúbal.

Já tinham sido muitos anos de utilização de água, muita água, sem que nada tivesse sido pago, tinha chegado à altura de resolverem aquilo, e de registarem aquilo, e de cada um ficar com aquilo que lhe era devido.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **5. Deliberação n.º 174/2021 – Proposta n.º 06/2021 – SMPCB – Protocolo de Colaboração entre o INOV – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação e o Município de Setúbal**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 e 16.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que inicialmente quando tinha lido aquela proposta tinha pensado que aquilo se destinava a colmatar algumas falhas do atual sistema.

Mas já tinham ouvido ali, naquela reunião, que o atual sistema de aviso de socorro estava a funcionar na sua plenitude. Pelo que ficavam sem saber para que servia aquele tipo de protocolo. Visto ser um início de relação com o INOV, para um certo fim, mas o fim era tão lato que não havendo sequência de contratos específicos ficavam sem perceber exatamente para que era. Inicialmente tinham pensado que era para expandir o sistema atual.

Solicitou algum tipo de esclarecimento acerca das ideias subjacentes ao desenvolvimento daquele protocolo.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que o senhor vereador tinha razão, tratava-se de trabalharem em cima do sistema que tinham e desenvolvê-lo, aprofundá-lo e inová-lo.

Havia essa intenção deles e da parte do INOV, e tinham entendido que haveria condições para trabalharem em conjunto, nesse desenvolvimento. Havia um acordo de confidencialidade, por causa das inovações que iam ser encontradas, feitas, produzidas e, pelo valor que elas poderiam vir a ter. No fundo, era em parceria com o INOV, estabelecer um centro de investigação de comunicações de socorro, na prática era isso que estavam a tratar naquele protocolo. Sendo que, o desenvolvimento futuro em termos materiais, depois terá que ser objeto de um contrato que definisse as responsabilidades das partes.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **6. Deliberação n.º 175/2021 – Proposta n.º 09/2021 – DAAE – Moção – Em defesa de um serviço público de gestão de resíduos**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 17.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que traziam ali uma moção em defesa de um serviço público de gestão de resíduos, tendo em conta a gravidade da situação pela qual o sistema tinha vindo a passar.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que agradecia à senhora Vereadora Carla Guerreiro ter apresentado aquela moção, que o tinha obrigado a estudar e a pesquisar, sobre uma matéria que não era muito habitual, da parte dele, estudar e ler. Depois de ter pesquisado, tinha feito algumas perguntas a quem de direito, a quem sabia daquelas áreas. Tinha ficado um bocadinho dividido com aquela moção.

Existiam alguns considerandos que subscreveu inteiramente, outros que nem tanto, mas na parte deliberativa tinha opiniões diferentes sobre os 3 pontos.

Questionou se era possível, tal como na Assembleia Municipal se fazia e, já se tinha feito ali também, naquelas moções, poder votar a parte deliberativa ponto a ponto, separadamente.

Disse que percebia a narrativa como um vínculo político-partidário muito grande que estava associada àquela moção, no entanto, tinha ido pesquisar, como numa parte da moção dizia: *“que o governo nada fez, que não existe alternativa, e se com esta taxa geral dos resíduos, é possível os municípios pagarem menos, ou não”*, tinha ido tentar perceber isso. E quando tinham dito que o governo nada tinha feito, tinha esbarrado em alguns dados sobre o POSEUR, e sobre o Fundo Ambiental e, efetivamente já muito tinha sido investido. Existiam perto de trezentos milhões de euros para investir, dos quais duzentos e vinte e dois milhões, segundo o que tinha conseguido apurar, eram candidaturas já aprovadas. Tinha-lhe parecido que tinha havido um trabalho muito grande naquela área, feito pelo governo.

Também tinha tentado perceber qual era a posição do país face àquela matéria, em termos de média europeia, e havia ali uma declaração de interesses. Ele era, por princípio contra pagar mais impostos, taxas e taxinhas, como estava ali explanado, com essa parte concordava. Concordava com essa parte para o estado, para o governo, para as câmaras municipais, para tudo. Pensava que todos tinham esse sentimento de alguma repulsa em pagar, mas também sabiam que fazia parte daquilo que queriam ter, um estado social, um país com melhor ambiente.... Os impostos eram um mal necessário. Mas tinha ido ver o que se pagava em Portugal, que eram 11€ e atualmente tinha passado a ser 22€ por tonelada, e que a média europeia eram 40€, a revisão em baixa do valor da TGR seria andar em contra círculo com aquilo que era o caminho que a União Europeia e a Comissão exigia aos estados, que era de reduzir drasticamente, até 2025, as metas de reciclagem. Tinham 55% do total dos resíduos urbanos como meta para 2025 e, Portugal atualmente encontrava-se com uma média de 28,9%, taxa de reciclagem. Tinham efetivamente que fazer um grande caminho, para que Portugal não entrasse em incumprimento, com aquela meta.

Também tinha percebido que uma taxa anormalmente baixa, face aos outros países, trazia o efeito de que os outros países começassem a exportar lixo para Portugal. Porque era muito mais barato pagar a taxa em Portugal, do que pagar nos países de origem. Esse também era um argumento a que não podiam ficar indiferentes. Tinha havido várias posições dos vários partidos políticos sobre essa matéria, de criar mecanismos para que a importação de lixo não fosse uma realidade. Uma das formas também era, através de uma normalização em termos de taxas ou de impostos, com os outros países da União Europeia, para que deixasse de ser atrativo para os outros países exportarem lixo para Portugal, porque era mais barato.

Também tinha percebido que, aquele regime, era um regime que estava feito de uma forma um bocadinho ambígua, reconhecia isso. Por um lado, todos os que estavam naquela sala faziam a reciclagem e, depois não tinham o ónus de terem esse trabalho, de fazerem a reciclagem, não eram recompensados, de alguma forma. O sistema que estava montado, naquele momento, não tinha essa valência. Ou seja: *“Eu faço reciclagem, o meu vizinho do lado não faz reciclagem nenhuma, hipoteticamente, e depois na conta final todos pagamos o mesmo em função do valor que vem associado à fatura da água”*.

Mas, também, tinha descoberto que existiam outros sistemas, já implementados em Portugal, por outros municípios, que tinham conseguido contrariar esse sistema, nomeadamente o sistema do PAYT, que era: *“eu pago o lixo que produzo, em termos de reciclagem, ou em termos de não reciclagem”*. Tinha estado a ver, existiam vários municípios em Portugal, como Guimarães, Porto, Maia, Cascais, Sintra, para elencar os com maior dimensão, em que tinham um sistema em que as pessoas não pagavam o lixo através da fatura da água, aderiam a um sistema próprio, pagavam em função, por exemplo, de sacos, ou seja: *“eu vou*

*ter que comprar sacos, para despejar o lixo diferenciado e o imposto é pago pelos sacos*". Quanto mais lixo fizesse maior seria a quantidade de sacos que tinham que ter, maior seria o imposto a pagar. Se reciclasse mais, pagava menos imposto.

Mas também existiam outros sistemas, se calhar mais avançados tecnologicamente e, o futuro eventualmente até passaria por aí, em que os moradores tinham um cartão, deixavam o lixo num contentor próprio, o tipo de lixo que era lá posto era pesado e, depois era feita uma conta própria para esse município. Isso queria dizer que estavam na esmagadora maioria do país, num sistema em que aquela taxa estava indexada à água, e queria dizer que tinham que mudar esse paradigma.

Claramente, aquilo que tinha lido sobre aquela matéria, dizia-lhes que iam ter mesmo que mudar o paradigma e para não pagar tanto imposto e para de alguma forma não só não pagar tanto, porque para o país o problema não era o não pagar, para os municípios era pagar, como era evidente, mas o problema para o país era mesmo que dar resposta a um objetivo de reciclagem que era fundamental atingirem já em 2025, que era já ali ao virar da esquina.

Portanto, sobre aquela matéria, subscreveria sem qualquer problema, os dois primeiros pontos deliberativos, na parte do enquadramento concordando ou não, mas subscreveria a parte deliberativa. O terceiro ponto dizendo que havia uma total oposição à taxa de gestão imposta pelo governo e com custos insuportáveis, a taxa era um mal necessário e aquilo que eles tinham, juntamente com o governo e com os municípios era começar a aplicar outros meios de recolha e de seleção de tratamentos, aliás a Câmara de Setúbal, tinha algumas experiências piloto, que ainda não estavam a ter aquele resultado na conta das pessoas ainda previsível, era uma experiência que estava a ser feita, pensava que em Azeitão, não sabia se em mais partes da cidade, pensava que sim, mas o caminho que iam ter que seguir era manter a taxa, para se protegerem, para que as pessoas tenham uma consciência ambiental e, para que também haja uma mudança de paradigma e no sistema de recolha do lixo, de reciclagem e de recompensa dessa reciclagem direta do município. Naquele momento, não sentiam essa recompensa com o atual sistema, quem reciclava não era recompensado, face ao vizinho do lado que não reciclava e tinham mesmo que caminhar para esse sistema.

**Sr. Vice-Presidente** – Disse que aquela intervenção do senhor Vereador Paulo Lopes, pela sua extensão inabitual, em relação às outras intervenções que fazia, deu nota que de facto tinha andado à procura de elementos, diria mais à procura de desculpas, para se abster em qualquer coisa ou não votar a favor. Não queria repetir na dimensão, mas queria tocar em 3 ou 4 pontos.

O senhor Vereador Paulo Lopes tinha começado por dizer, que eles tinham acusado o governo por não ter feito nada sobre aquilo, mas tinham feito sim, a primeira coisa que aquele governo socialista tinha feito, tinha sido recusar-se a reverter a privatização da EGF. A primeira coisa que aquele governo socialista tinha feito tinha sido recusar-se a reverter aquilo que tinha sido feito na privatização dos termos multimunicipais do lixo. Os dados que ali estavam não eram dados propagandísticos, não eram inventados, eram dados de gestão em concreto, com as mesmas condições de exploração do sistema, que não se tinham alterado substancialmente. Quando a EGF tinha chegado à AMARSUL, já estava o investimento feito, no tratamento de resíduos e aproveitamento energético dos resíduos. A pergunta que era preciso fazer era: "*nós temos que inverter a situação?*". Claro que tinham, "nós" governo, "nós" nação, "nós" estado, tinham que de facto responder às questões europeias, mas tinham que se organizar, para terem os equipamentos e os meios, para reciclar mais. Independentemente do senhor Vereador Paulo Lopes, ou do senhor Vereador Manuel Pisco, ou de outro qualquer cidadão fazer a seleção dos resíduos, não era isso que impedia que eles fossem parar a aterro. Porque não havia sistema de tratamento que permitissem que todos os resíduos separados fossem tratados. Esse era o problema, não havia investimento, queria ver do PRR, da chuva de milhões, quanto é iria ser aplicado, nos sistemas de tratamento de resíduos, que permitissem a Portugal não ter de aplicar as multas antes das regras. O governo não proporcionava as condições, em termos de exploração dos sistemas multimunicipais de gestão de resíduos, não estava o investimento feito. Não havia um

aproveitamento que permitisse depois que os resíduos, que cá se faziam fossem de facto tratados. Isso eram experiências. Existiam sim, mas isso não queria dizer que o município da Maia ou o município do Porto, não vissem depois, uma percentagem significativa dos resíduos recolhidos não serem tratados e irem parar a aterro. Era sobre isso que se pagava a taxa, era uma taxa global.

Em relação à história de que se não colocássemos os preços iguais aos dos franceses e dos alemães eles vendiam-nos o lixo, não era uma história que caia bem. Se existia mercado do lixo era porque os governos o permitiam, se existia mercado do lixo era porque o governo o queria fazer. Era como a história dos resíduos perigosos, era a mesma coisa, não havia nenhum governo que não pudesse impedir a entrada de resíduos perigosos, ou de resíduos contaminados, ou de resíduos normais, fazia a fronteira que quisesse. Os outros pagavam mais, então tínhamos que pagar o mesmo que os alemães, que tinham o investimento feito, que tinham sistemas de tratamento, que davam resposta à possibilidade de fazer a recolha seletiva, a separação pelos cidadãos e depois a recolha seletiva, o tratamento seletivo e o tratamento, porque depois era preciso aproveitar os resíduos, aproveitar a energia e aproveitar nos materiais que se podiam recolher dos resíduos.

Os sistemas em Portugal estavam com o investimento que os alemães, que os franceses e que os holandeses tinham feito? Era essa a questão. O governo não investia e depois cobrava multas aos cidadãos? Cobrava-lhes multas quando não lhes oferecia o tratamento dos resíduos? Isso era um bocado escandaloso. Aquela matéria era para favorecer o negócio do lixo, e sabiam que no mundo todo, o negócio do lixo tinha uma história muito triste. Era tão triste como a matéria que tratava, era lixo. Já tinha sido a cobiça das mafias, presentemente não seria tanto assim, mas era uma história triste.

Tinham um sistema que estava a funcionar, que estava a avançar, em termos de metas, com falta de investimento também, porque o investimento era todo determinado pelo estado. Aquele sector era um sector de contas reguladas, investia-se o que o regulador permitia e o regulador tinha metas e orientações financeiras, investia-se e cobrava-se aquilo que o regulador permitia, eram contas reguladas. A torneira que era regulada pelo estado é que mandava haver investimentos que pudessem tratar os resíduos e baixar as percentagens que lhes permitiam pagar menos. Agora multar? Estavam-nos a multar por excesso de velocidade, onde não tínhamos uma estradinha de alcatrão, tínhamos uma estradinha cheia de buracos. O sistema de tratamento de resíduos era uma estradinha cheia de buracos.

Não havia justiça possível para desculpabilizarem numa situação que era insustentável, não poderiam andar assim muitos mais anos. Tinha que se investir nos setores que era preciso. Queria ver se a indignação do senhor Vereador ia ser transmitida a outras instâncias onde o partido do senhor Vereador tinha poder, para ver se a gente ia à verba do PRR e gastar uns dinheirinhos naqueles sistemas.

A moção era inteiramente justa e, estava a ser proposta e pensava que aprovada, em todos os 18 municípios da área metropolitana, independentemente das cores políticas. Jugava que, os municípios de maioria Socialista, ou de maioria Social Democrata, também iriam aprovar aquela moção e ela era idêntica em todos os municípios. Tinham que tomar uma posição municipalista, que era defender os munícipes, perante o nosso estado, que se estava a portar mal com aquilo e num sentido que não era sustentável. Aquilo era completamente insustentável.

Apelou à consciência de todos, para fazerem um esforço no mesmo sentido.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que quando tinha sido criada a AMARSUL, tinha havido um acordo social com os municípios. Porque o então governo do Partido Socialista, do Eng. António Guterres, cujo ministro de ambiente ou secretário de estado do ambiente, não se recordava bem, era o José Sócrates, não tinha permitido a criação de um sistema apenas dos municípios da península de setúbal, tinha imposto a participação das Águas de Portugal na criação da AMARSUL, com 51%, com a garantia de que em alguma situação a maioria do capital daquela empresa, seria privado. Quando o PSD tinha ido para o governo, com o Pedro Passos Coelho, tinha decidido a privatização, para entregar à EGF, que era uma empresa do

grupo Mota-Engil, o negócio do lixo. Todo aquele sistema se tinha vindo a degradar, nomeadamente a recolha de resíduos para reciclagem. Bastava olharem e andarem pela cidade para verem o que era a recolha do papel, a recolha dos vidros, a recolha de plásticos, e por aí fora, nomeadamente nas zonas de maior consumo, que ignoravam por completo aquilo que eram as intensões dos municípios. Em 2012, o governo do PSD e do CDS, tinha agravado de forma extraordinária toda a tributação sobre aquelas matérias, nomeadamente sobre os resíduos, e impôs uma determinada tabela de agravamento daquela taxa e, depois vinha, no orçamento de estado de 2020, o governo do Partido Socialista fazer um negócio com o PAN, para fazerem aquilo, para impor aquela taxa de resíduos que não tinha agravado de imediato, mas que tinha vindo a agravar, com aquele aumento de 100%, que entretanto se tinha verificado. E se o aumento de 100% era por questões de mercado, estava tudo dito, estava dita qual era a intensão do mercado que queriam criar, impor e continuar a alimentar para as “Mota-Engil”, e “outras coisas” à custa dos municípios e dos municípios.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que há umas reuniões atrás já tinham tido umas conversas largas acerca do aumento brutal da taxa de gestão de resíduos. Tinham estado, mais ou menos, todos de acordo, mas até nas deliberações daquela moção, estavam de acordo, e iam votar favoravelmente. Sabiam que a associação do consumo do lixo à fatura da água, ao consumo da água, não era razoável, todos estavam nessa mesma página. Todos estavam também na página que era necessário diminuir a deposição de lixo indiferenciado em aterro, tinham que reciclar mais, estavam todos de acordo. Até estavam de acordo, no ponto 2 que dizia: “*reafirmar a sua defesa de um serviço público de gestão de resíduos*”. Um serviço público era um serviço que era feito ao público, que podia ser regulado e não era necessariamente feito por uma empresa municipal, ou estatal, podia ser uma empresa privada, era um serviço público que era prestado, era regulamentado, só que a forma de como era feito, isso era: “*um pouco à PS, aumenta-se a taxa, aumenta-se o imposto, e agora, meus senhores, mexam-se, vamos lá cumprir os objetivos*”. Existiam outras formas de fazer as coisas, outras formas que tinham a ver com a promoção da reciclagem, da diminuição do lixo em aterro e não pura e simplesmente aumentar a taxa e ganhar dinheiro para o orçamento geral do estado.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que estavam perante uma situação em que as intenções políticas, não tinham respaldo da realidade. A solução que tinha sido adotada, era uma solução vergonhosa. Achava que devia haver uma taxa para a incoerência política e nesse caso o senhor Vereador Paulo Lopes teria que pagar caro. Um discurso de enriquecer a EGF, um discurso de limitar a capacidade financeira dos municípios, um discurso de: “*ide buscar dinheiro ao bolso dos municípios, para pagar à EGF, com embrulhado em boas intenções*”, que não tem respaldo, nem na política da AMARSUL, nem na prática da AMARSUL, com um aumento brutal da TGR, como aquela moção demonstrava. Era preciso dar um trambolhão do tamanho do mundo, naquela mesa, ali sentado para aceitar que o município pudesse acolher uma proposta daquele tipo. O PS estava a fazer a política da direita, estava a fazer a política do Passos Coelho e estava a assumi-la naturalmente e estava a fazer defendê-la daquela maneira, absolutamente estranha.

Não valia a pena comparar o que se pagava ali, com o que se pagava na Europa, tinha que se ver o que se ganhava na Europa, era preciso ver que o salário nalguns desses países onde se pagava mais era o triplo de Portugal e tinham uma história muito longa de tratamento daqueles casos, que não era o caso de Portugal.

Tinham tido uma oportunidade fantástica de fazerem bem aquele trabalho, estavam a fazê-lo mal, e o PS estava a alimentar a solução má que tinham. Era fantástico.

Em relação à questão financeira, achava que quando fossem discutir o IMI, iam ver aquela coisa engraçada, se calhar valia a pena fazer as contas, saber quanto é que carregava em cima dos municípios, aquela TGR, que o governo PS queria impor, e quanto é que carregava a taxa do IMI, só para perceber a coerência dos senhores que defendiam aquelas questões.

Achava que a intervenção do senhor Vereador Paulo Lopes tinha sido penosa, do ponto de vista político, que andava aos trambolhões, a defender uma coisa indefensável para os munícipes e para o município, e o senhor era Vereador, não era o indivíduo do governo que tinha feito aquelas orientações e aquelas políticas. Estava de acordo com elas, pronto, era o que contavam naquela mesa. Ali deviam defender todos, os munícipes, o município e a sua capacidade financeira para proteger os seus cidadãos, para investir nos seus cidadãos e para de uma forma articulada, concertada desenvolver uma real política de tratamento de resíduos, de uma forma ambiental sustentável, não o que ali estava, o que ali estava era dinheiro para o bolso da EGF. Bastava verem a Moção e o caminho que a situação tinha levado. Tinha imensa pena, mas era aquele o PS que tinham.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que relativamente ao que vinha na moção ela era completamente factual. Aquilo eram os factos e era um retrato daquilo que estavam a passar no sector dos resíduos. A questão da gestão era deficiente. A AMARSUL, com uma gestão privada tinha uma gestão deficiente, bastava para quem gostava tanto de números e de capital perceber que os resultados não eram os melhores. Como é que com a gestão pública os resultados eram positivos e como é que com a gestão privada os resultados eram negativos? Tinham andado uma vida inteira a querer dizer o contrário, aliás, diziam sempre que o que era privado era muito melhor gerido. Estava ali uma prova cabal, de que não era assim que funcionava.

Perguntou ao senhor Vereador Paulo Lopes, se achava que a redução em aterro, só se conseguia fazer com o pagamento de uma taxa. Se era por causa do pagamento dessa taxa que se ia proceder à redução em aterro.

Quando o governo tinha começado a fazer os projetos para a questão dos orgânicos, e os orgânicos a serem depositados, não pagariam TGR, porque não iriam para aterro, tinham pensado: *“Uma coisa bem-feita, porque ao reduzirmos as exposições em aterro, vamos reduzir, com certeza a faturação e, também é uma maneira, não só por aqueles que são muito bonzinhos e que fazem tudo muito bem, mas para que toda a gente perceba das vantagens de podermos reduzir os resíduos em aterro”*, afinal não, afinal tinham ficado a perceber que tinham que colocar uma taxa, que ia, por aquilo que era o regime geral dos resíduos, até 2025, aumentar para 40€. Aquilo não ia ficar pelos 22€, aquilo ia ter continuação, aquilo tinha episódios, os 22€ era o que estava naquele momento, aquilo tinha episódios para a frente.

Não seria mais lógico, deixar a taxa como estava, aplicar todas aquelas medidas de redução de resíduos, através dos orgânicos, através do reforço da reciclagem e depois, quando o sistema estivesse consolidado, então, e se os municípios não quisessem aderir aos sistemas, depois aplicarem uma taxa maior?

Não seria razoável, ao invés de andarem a aumentar a taxa para todos, por causa dos lixos internacionais, não acolher de braços abertos, que era aquilo que faziam a todo o lixo que vinha de Itália, da Alemanha, etc.?

Não podia haver uma taxa diferenciadora? Os senhores Vereadores eram adeptos das taxas diferenciadoras, já tinham dito ali, nas reuniões, várias vezes, que deviam ter taxas diferenciadoras para várias coisas, aquela justificava-se plenamente, porque eram lixos que vinham de territórios estrangeiros para serem acomodados ali, e depois claro às vezes também mandavam os nossos para fora, porque aquilo eram tudo negócios.

Folgava em saber que o senhor Vereador era a favor da gestão pública, achava que era uma cruzada, já muito importante relativamente àquela moção. A senhora Presidente há 2 anos atrás, tinha estado numa reunião com o antigo secretário de estado Carlos Martins, que infelizmente, ou aproximadamente um mês depois tinha sido afastado, ia-se lá saber porquê e, a senhora Presidente tinha colocado, exatamente essa questão: *“Quando é que a AMARSUL volta a ter gestão pública?”* E o senhor Secretário de Estado tinha dito: *“Nem pensem, esse é um assunto que nós não queremos mexer”*. Portanto, relativamente àquela abordagem, pensava que era interessante o senhor Vereador dizer que estava de acordo com a gestão pública, porque realmente tinham ali um caminho interessante para fazer, de

4

reversão, tal como se tinha feito em relação a outras questões que tinham sido impostas pelo governo de Passos Coelho, aquela também deveria de ser revertida, porque já tinham percebido, pelos números que estavam ali em causa que a gestão pública era muito mais eficiente.

E deixou uma última pergunta ao senhor Vereador, se ele concordava que a tarifa do lixo fosse suportada com as taxas apenas dos munícipes? Quando não havia caminho, quando não havia resolução para que todos os custos fossem condicionados, o caminho mais fácil era aumentar-se a taxa para os munícipes. O governo tinha feito um despacho para retirar a bonificação do sistema de energia, quando antigamente tinha incentivado a que todas as centrais de tratamento pudessem ter essa via e entregou-se à Sociedade Ponto Verde a questão dos leilões, das hastas públicas, dos materiais recicláveis, que um dia valiam cem, no outro dia valiam zero e quando não tinham alternativa, aumentava-se a tarifa.

A AMARSUL tinha pedido revisão extraordinária dos proveitos, portanto, havia de vir a caminho mais um aumento de tarifa.

Aquelas questões eram importantes e quanto àqueles projetos pilotos, que o senhor Vereador tinha falado, o Porto, a Maia, etc., o que tinham eram projetos pilotos pequenos, tal como Setúbal também estava a ter relativamente aos orgânicos, para poder fazer caminho, para um dia...porque existiam questões que não eram de justiça naquele processo, uma pessoa poderia gastar imensa água e não produzir um único resíduo, tal como poderiam acontecer exatamente o contrário. Mas isso tinha que ser feito com alguma justiça, não bastava dizer que iam retirar, era preciso dar tempo e dar meios para que isso fosse feito. E quando tinham pensado que isso estava a ser feito através das candidaturas: *“Para não perdemos receita vamos lá carregar aqui na TGR, porque eles agora vão começar a depositar menos em aterro”*, e essa é que era a perversão da questão.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que tinha manifestado, inicialmente, na sua intervenção, que subscrevia os dois primeiros pontos e não concordava com o terceiro. Continuava a não concordar, mesmo depois da discussão que ali tinham tido, porque, no terceiro, eram frontalmente contra a existência da taxa de gestão de resíduos, ponto. Era o que dizia: *“A sua total oposição à taxa de gestão de resíduos.”* Achava que a taxa era o tal mal necessário. Podiam não querer pagar, podia custar muito a pagar, mas a taxa tinha que existir.

Deviam ser o único partido que assumia, naquele momento, que era contra a existência da taxa e esse ponto levava a isso. Como era a favor da taxa, porque se não houvesse taxa, se não houvesse absolutamente nada, o país ainda estaria pior, em termos de reciclagem, porque não haveria esse incentivo a reciclar, tanto por parte dos munícipes como dos próprios municípios, porque não havia dúvida que quem sofria por tabela, do ponto de vista político, eram os municípios. As pessoas, quando pagavam a conta da água e associavam um acréscimo associavam-no à Câmara Municipal e não a mais nada.

Também tinha consciência disso e daquilo que os senhores da CDU estavam ali a apresentar. Tinha, obviamente, retorno. Tinha para eles e tinha para todos os concelhos que eram geridos por outros partidos. Quando ele ou qualquer pessoa recebesse a próxima fatura da água, com o reflexo do aumento, diria: *“Lá estão os indivíduos da Câmara a aumentar a fatura da água”*, independentemente de ser do lixo ou do que quer que fosse.

Havia essa leitura, que também era injusta para os municípios, mas também era verdade que os municípios podiam fazer muito e alguns estavam a fazer, com experiências-piloto. Tinha referido que Setúbal tinha - numa parte do lixo orgânico, estava a fazer - e tinha que se avançar muito mais. Tinha que se avançar muito mais e em maior escala.

O que a moção não dizia, e, daquilo que tinha depreendido - independentemente dos apartes e picardias partidárias, que também faziam parte da discussão política -, não dizia, na parte deliberativa, da gestão pública em detrimento da gestão privada. Não estava ali claro e deveria estar. Deveria estar a exigir. Exigir era uma palavra que o PCP gostava de colocar muito nas moções e nas propostas.

Por acaso, sempre tinha defendido a parte pública, a gestão pública, quem não tinha defendido tinha sido o PSD. Já tinha percebido, pela posição do Vereador Rui Lamim, que o

PSD, naquele momento, já defendia a gestão pública. O PS tinha defendido a gestão pública. O PS tinha herdado uma situação que, depois, se podia ver se era possível e financeiramente sustentável fazer o reverso, reverter essa privatização, que também tinha custos muito grandes, como todos sabiam.

Isso era uma coisa, mas, ali, naquela moção, não estava isso, a questão da gestão pública. Também não estava, na parte deliberativa, o investimento. Tinha percebido que ainda teria que haver maior e mais investimento na gestão dos resíduos, mas também não estava. Os senhores da CDU tinham-se limitado a manifestar o desacordo da taxa da tarifa praticada pela Amarsul e a total oposição à TGR. Se isso é que era fundamental para poder haver um sistema mais justo, para quem reciclava ter esse benefício direto, então devia estar e não estava.

Mais, ainda havia outra questão. Pensava que tinha sido o Vereador Ricardo Oliveira que tinha falado nisso. Aquilo tinha sido uma imposição do PAN - tinha sido uma das propostas impostas pelo PAN para a aprovação do orçamento, como todos sabiam -, mas tinha sido uma opção política, tal como tinha havido outras opções políticas, feitas pelo PCP, em que os outros partidos políticos não se tinham revisto e tinham rejeitado, e o Partido Socialista tinha entendido fazer com o Partido Comunista. Isso tinha feito parte de um pacote de gestão.

Se o Partido Comunista entendia que aquilo era de tal forma gravoso podia pôr, também, em cima da mesa e não aprovar o próximo orçamento, tendo como condição a reversão da TGR, por exemplo, mas os senhores da CDU não iriam fazer isso. Achava, sinceramente, que não iriam. Se fossem, ótimo, punham em cima da mesa aquilo que pensavam. Deviam ser dos únicos partidos comunistas da Europa que era contra essa taxa, muito sinceramente. Não tinha dados sobre o assunto, mas deviam ser.

Por acaso, não estava ali nenhum vereador dos Verdes, mas gostaria de ver qual seria a posição do Partido dos Verdes sobre essa matéria e sobre a TGR. Podiam estar em desacordo com a taxa que era aplicada, pelo valor, mas será que estariam contra a eliminação da taxa? Então, que dissessem, claramente, qual era o sentido.

Só para terminar, porque, havia pouco, se tinha falado nos bonzinhos e nos mauzinhos - tinha sido o Vereador Carlos Rabaçal, exatamente -, a nível nacional, o povo português nunca tinha achado que o Partido Comunista tivesse a confiança para governar o país. Se calhar, porque não se reviam em determinadas ideias e determinadas propostas que o Partido Comunista apresentava.

Obviamente que era muito populista dizer: *“Vamos eliminar uma taxa de gestão de resíduos.”* Parecia que os mauzinhos eram o PS, que aplicavam essas taxas, estavam ao serviço do capital. Era o discurso que existia na *“pen.”* Os portugueses, felizmente, não entendiam isso dessa forma e a maioria dos portugueses, desde o 25 de Abril, desde que havia eleições democráticas, tinha entendido nunca dar essa confiança de gestão do país ao Partido Comunista. Tinha a ver com tudo aquilo que o senhor vereador tinha querido dizer e aquilo que ele, naquele momento, queria dizer. Tinha a ver com isso. O senhor vereador podia dizer o que quisesse e ele também podia dizer o que quisesse, mantendo o respeito, sempre, entre os pares.

Dizer ou insinuar que o Partido Socialista estava ao serviço de máfias ou de interesses ocultos da gestão do lixo e afins, dar a entender esse sistema – o Vereador Manuel Pisco tinha-o dito, claramente -, levava-o a ter que dizer, obviamente, nenhum português entendia isso dessa forma. Todos sabiam que aquilo era um imposto. A esmagadora maioria dos portugueses não tinha essa visão, felizmente, para não ser injusto, não se revia no Partido Comunista. A esmagadora maioria não se revia nesses ideais nem nesses projetos.

**Sra. Presidente** – *“Nem no Partido Socialista!”*

**Sr. Vereador Paulo Lopes** - O próprio PCP achava que o Primeiro-Ministro tinha palavra, e, por isso, ia dando o seu voto de confiança nos últimos 6 anos. Portanto, não era verdade que o PS e o Primeiro-Ministro não tivessem palavra e que o Governo não tivesse palavra -



estavam a falar politicamente, claro -, o Partido Comunista tinha dado essa confiança ao longo dos últimos 6 anos.

Para terminar, porque achava que já se estava a repetir, também, nos argumentos, achava que a moção poderia ser melhorada, no sentido de ser mais objetiva naquilo que eram as verdadeiras preocupações. Reforçava o pedido que já tinham feito, de poder votar os pontos. Era um pedido, podiam aceitar, ou não. Era uma prática que já tinha sido seguida noutras moções.

Curiosamente, as moções costumavam ser debatidas no início da reunião, no período de antes da ordem do dia, mas tinha sido feita uma proposta. Do ponto de vista burocrático e administrativo, era, exatamente, a mesma coisa ou não era? Era isso que queria perguntar à Sra. Presidente.

**Sr. Vice-Presidente** – Disse que era uma proposta, constava da ordem de trabalho e, como tal, iria ser votada.

**Sra. Presidente** – Disse que o senhor Vereador Paulo Lopes tinha feito o pino e não o estava a ver a fazer esse papel, mas tinha-lhe sido solicitado pelo seu partido que fizesse esse papel e tinha-o feito muito bem. Como Presidente da Concelhia do seu partido, tinha-se esforçado. Até tinha ido estudar os lixos e tudo, para defender muito bem. O vereador tinha feito muito bem o seu papel, até tinha ido estudar, mas, de facto, não tinha convencido ninguém. Pelo menos, a eles. Achava que não tinha convencido ninguém, como também seria expectável. Não tinha convencido mesmo. Era incrível. Associado ao seu curso de Arquitetura deveria, agora, desenvolver o curso de advocacia, para fazer esse pino. Tinha tentado convencer o que não tinha convencimento.

Tinha falado da média europeia e que era necessário manter essa taxa, exatamente, porque a média europeia estava nessas taxas ou mais altas. Mas, nós recebíamos como a média europeia? Nós tínhamos um nível de vida idêntico à média europeia? Não tínhamos, mesmo. Tinha feito o pino. O seu partido haveria de lhe dizer: *“Ó Paulo, esforçaste-te, mas, olha, não convences nem dentro do Partido Socialista, porque também há câmaras do Partido Socialista que vão apresentar esta moção.”* Não convencia.

Tudo o que estava no corpo da proposta explicava, exatamente, aquilo que o vereador não tinha conseguido explicar. Era um facto. Estava ali a gestão pública, que tinha sido mais barata e tinha sido mais bem-feita que a gestão privada. Porque é que o Partido Socialista não tinha revertido para a gestão pública aquilo que o PSD tinha posto na gestão privada? Porque tinha dado jeito ao arco governativo: *“É, pá, vocês meteram a pata na poça, mas nós mudamos, porque aquela, enfim, aquela até dá jeito.”* Mas aquela não, aquela não dava jeito. Eles é que tinham sido os maus. Aquela não dava jeito, porque eram farinha do mesmo saco. Já tinha dito ali, várias vezes, que eram farinha do mesmo saco: *“Esta dá jeito. Eles é que cometeram o erro e, portanto, olha, foram eles que fizeram o erro.”*

Mesmo com o aumento da taxa na gestão privada estavam a aumentar os prejuízos. Queria lembrar o senhor vereador, porque era evidente que não iriam alterar e ficar numa coisa *“light”*: *“Estamos preocupados. Queremos reafirmar a defesa do serviço público.”* Então, se queriam, o que o senhor vereador estava a propor era que passasse a dizer: *“Queremos passar para o serviço público.”* Estava ali, dizia: *“Reafirmar a sua defesa de um serviço público que promova...”* Estava ali dito, mas era *“light”*. Na parte que doía já diziam. *“Não, nós não vamos votar esta”*, porque a intenção era dizer – e, se fosse preciso, escreviam - que deveria manter-se aquela tarifa e não o aumento de 100 por cento, que era brutal. Um aumento de 100 por cento era brutal. Não estavam de acordo com aquela taxa, não era com a taxa. Era evidente que teria que haver uma taxa, discordavam era daquela taxa do aumento de 100 por cento. O senhor vereador não entendia porque não queria entender.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que, se a Sra. Presidente aceitasse alterar, em vez *“da sua total oposição à taxa de gestão de resíduos”*, que não era a taxa da taxa - era a Taxa,

4

com letra maiúscula, como estava escrito, portanto, era à própria Taxa -, se quisesse escrever isso, aceitaria.

**Sra. Presidente** – Disse que não era isso, não estavam de acordo com o aumento da taxa para 100 por cento.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que estavam na Câmara havia aqueles anos todos. Quando é que tinham trazido o problema da TGR? Tinha sido quando tinham aumentado 100 por cento. Era assim: “*A total oposição à taxa*” era à taxa que estava em vigor, imposta pelo Governo. Seria preciso escrever “*oposição à taxa atual*”?

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse à senhora vereadora que pusesse, porque o que estava escrito não era isso.

**Sra. Vereador Carla Guerreiro** – Disse que, se era assim, poriam isso.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse à senhora vereadora que pusesse, claro, porque o que estava escrito não era isso. Colocassem isso, porque o que estava escrito era a dizer que os senhores da CDU eram contra a existência da taxa, ponto, e ele não era contra a existência da taxa.

**Sra. Presidente** – Disse ao senhor Vereador Paulo Lopes que iriam alterar isso, para se fazer um consenso. Poriam “*a atual taxa*”.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que “*a atual taxa*” era a mesma coisa.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que pedia desculpa, mas o que estava escrito era: “*A sua total oposição à taxa de gestão de resíduos imposta pelo Governo.*” Todas as taxas eram impostas, ponto, como era óbvio. Não dizia que eram os 11 por cento ou os 22 por cento ou que era o aumento. Estavam a falar de uma oposição à taxa, à existência da taxa. Que o desculpassem, mas era isso que lia.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que pusessem “*ao aumento da taxa*”, se quisessem.

**Sr. Vice-Presidente** – Perguntou se “*a este aumento da taxa*” servia para os senhores vereadores.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que sim, estavam de acordo.

**Sra. Presidente** – Disse que ia lembrar uma coisa aos senhores vereadores. Quando chegaram à Câmara, em 2001, sabiam quanto é que se pagava de taxa de resíduos à Koch? Não sabiam, mas iria dizer-lhes: 40 euros por tonelada. Sabia porque é que tinham aderido ao sistema? Porque tinham passado a pagar 11 euros por tonelada. Era o que pagavam, 40 euros por tonelada. Tinham aderido à Amarsul, tinham entrado no sistema e tinham passado a pagar 11 euros, e, naquele momento, diziam aquilo?

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Fez a seguinte declaração de voto: “*O senhor Vereador Paulo Lopes ficou inspirado nas declarações, para tentar justificar aquilo que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa fez, e, portanto, teve que encontrar, assim, umas justificações por similitude, relativamente àquilo que era o comportamento no PREC, mas, pronto, a gente*”

4

*percebe as inspirações. Teve essa necessidade, mas não nos confundimos, nós não nos precisamos de reciclar, efetivamente.”*

#### **7. Deliberação n.º 176/2021 – Proposta n.º 57/2021 – DCDJ – URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses – protocolo de colaboração**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 e 19, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sr. Dário Mendes** – Disse que era licenciado em Biologia Marinha e Pescas e mestre em Gestão Internacional das Pescas. Estava a residir em Setúbal havia 10 anos e contabilizava 9 anos de desemprego. Estava a viver com o Rendimento Social de Inserção. Tinha concorrido a muitos institutos do Estado, no âmbito da Ecologia da Pesca de Mar e no âmbito da Gestão dos Recursos Marinhos. Inclusivamente, tinha também enviado uma candidatura para trabalhar na autarquia, no Centro de Interpretação do Estuário do Sado. Tinha sido excluído e discriminado consecutivamente e não entendia porquê.

Tinha constatado que existia um edifício do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, na Praça da República, ao lado do jardim, em frente à sede da Reserva Marinha Professor Luiz Saldanha. Esse edifício estava abandonado havia muitos anos e não compreendia porquê. Não compreendia porque é que os assuntos na área do mar eram todos centralizados em Lisboa.

Não entendia porque é que a Sra. Presidente da Câmara ainda não tinha discutido com o Sr. Primeiro-Ministro e com o Sr. Ministro do Mar a situação desse edifício e a possibilidade de voltar a funcionar e de admitir os técnicos superiores de Biologia Marinha. O mar estava em Setúbal, era aqui que deveriam ser geridos os recursos do mar e não eram. A sede era em Algés e Setúbal era das poucas cidades em Portugal que não tinha o Instituto Português do Mar e da Atmosfera em funcionamento. Não compreendia porquê e isso era uma pergunta que fazia à Sra. Presidente da Câmara.

Tinha sido operário na Autoeuropa/Volkswagen e tinha sido vítima de um despedimento coletivo. Só tinha conseguido trabalhar 2 meses. Via que era uma empresa que obrigava a dragagens, que recorria às grandes empresas de navegação e essas, para que conseguissem passar no rio, eram necessárias obras de dragagens, que estavam a afetar muito a pesca local e estavam a criar muito desemprego, muita precariedade.

Pensava que a Câmara deveria agir melhor. Teria que de pagar mais impostos ao Estado, para que esse instituto voltasse a funcionar? Era uma questão que deixava à Sra. Presidente. A situação na Docapesca também era a mesma, de precariedade. Também não estavam a admitir técnicos. Isso queria dizer que havia falta de impostos. Eram empresas em situação criminal.

Tinha feito o mestrado na Noruega. Tinha estudado na Europa do Norte e na Alemanha isso não acontecia, por exemplo. As empresas tinham contribuições muito mais elevadas, quer para autarquias quer para o Estado, pelo impacto que causavam a nível do Ambiente, ao nível de problemas da ecologia da pesca do mar.

**Sra. Presidente** – Disse que o Sr. Dário já se tinha candidatado à Câmara de Setúbal e não tinha sido selecionado. Não era a Presidente da Câmara que fazia essas seleções e os

lugares que eram abertos pelos diversos setores eram-no em função daquilo que era necessário nos serviços. Se não era necessária uma pessoa na área dele, lamentava, mas não podia entrar só porque, infelizmente, estava desempregado. Não era só o Sr. Dário que estava desempregado no município. Infelizmente, havia mais pessoas na sua circunstância. Relativamente a tudo aquilo que tinha referido, o Instituto do Mar e da Atmosfera não havia um em cada município, havia um no país e era do Governo, não era das câmaras municipais. Portanto, a Câmara Municipal não tinha nada que abrir o instituto aqui. Se o quisesse abrir, era do Governo, não era da Câmara Municipal. Não havia um Instituto do Mar e da Atmosfera em cada município. O Governo é que decidia onde é que situava esses institutos, porque eram de cariz central.

Em relação às outras entidades, era a mesma coisa. A Docapesca e todas essas entidades não eram da Câmara Municipal. Não era a Câmara Municipal que mandava em quem é que devia vender, ou não, os edifícios, para abrir esses edifícios e pôr os edifícios a funcionar, que eram da responsabilidade do Estado.

Já bastava que, no âmbito da descentralização de competências, tivessem que adquirir algumas competências que eram do Governo Central, que não tinha nada a ver com isso tudo que tinha referido.

Essas áreas, normalmente, tinham mais que ver com institutos específicos, que diziam respeito à atividade do Ministério do Mar, não tinham que ver com a Câmara Municipal. A Câmara não tinha nada a ver com isso.

A Câmara incentivava o que tinha que incentivar, não tinha que incentivar só porque o Sr. Dário queria que a Câmara incentivasse à abertura de um edifício. Não tinha que incentivar.

Tinham a APSS que fazia esse papel, tinham o ICNF que fazia esse papel. O ICNF tinha instalações junto ao mar e tratava, também, das questões ligadas ao mar, às florestas, aos estuários, ao Parque Natural. Tratava dessas áreas todas. O ICNF ou a APA, que tinha uma delegação junto ao ICNF, que também era do Governo, é que tinha lugares específicos, tinha áreas profissionais ligadas com o curso do Sr. Dário.

A Câmara não tinha essas áreas, não tinha nada da sua atividade ligado a esse curso. Já lhe tinha explicado isso algumas vezes, mas o Sr. Dário insistia que a Câmara tinha que lhe dar emprego. Tinha que lhe dar emprego a ele e a uma data de milhares de pessoas que estavam desempregadas, porque, por esse entendimento, tinha que dar emprego a essas pessoas todas. Infelizmente, não tinham condições para isso. Porque é que insistia em estar cá, se era a cidade que tinha mais desemprego?

Até 2019, tinham andado à procura de uma data de gente para trabalhar para a Câmara. Precisavam de motoristas, de pessoal operacional e não encontravam ninguém para essas áreas, como a limpeza. As fábricas vinham perguntar à Câmara se tinha pessoal para a Lisnave, a Autoeuropa, tinha vindo a Navigator, tinha vindo a Sapec, para os químicos. Tinha vindo uma data de pessoas perguntar se sabiam de alguém para as áreas delas. Eram áreas muito específicas e tinha havido procura de trabalhadores mesmo para a área da restauração. Naquele momento, por causa do COVID, tinha havido uma data de coisas que se tinham alterado.

Para a Câmara Municipal de Setúbal não havia nada na área do Sr. Dário, como já tinham dito. Já lhe tinha dito a Presidente da Câmara, já lhe tinha dito a vereadora, já lhe tinham dito as pessoas da Casa da Baía, já lhe tinha dito o Dr. Álvaro, já lhe tinha dito "n" pessoas. Não tinham nenhuma categoria específica para a sua área. Teria que perguntar isso junto das empresas ou instituições que tinham.

Compreendia isso tudo, mas não tinham emprego para o Sr. Dário. Tinha que dizer isso ao Ministro do Mar. Ao Ministro do Mar tinha que dizer que isso era muito importante. Ele também sabia que era importante.

Não era assim que funcionava. Quem tinha que obrigar a esses impostos tinha que ser mais forte, para resolver o problema do Sr. Dário? Tinha era que ser mais forte para resolver montes de problemas, não era só o dele. O Sr. Dário tinha que ir ao Governo perguntar porque é que não resolvia o problema, porque é que não lhe dava uma bolsa de investigação.

Não era a Presidente da Câmara que tinha que ir ao Governo tratar da bolsa de investigação dele. Tinha que ser o Sr. Dário a ir ao Governo, tinha que ir lá dizer isso.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e três minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 7 de julho de 2021, por unanimidade, contém 30 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio